

Relatório de Execução dos Instrumentos de Gestão Previsional (REIGP)

1.º Semestre 2023



CMPEAE – EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80 000 000 Euros

Matriculada na 1.ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285

4300-367 Porto

Tel.: 22 519 08 00

Fax: 22 519 08 28

geral@aguasdoporto.pt

www.aguasdoporto.pt

ÍNDICE

1. Principais Indicadores	4
2. Visão Geral do Negócio	5
3. Sumário do Exercício.....	7
3.1. Ciberataque grave condiciona atividade.....	7
3.2. ANF volta a atingir valor mínimo	7
3.3. Estratégia para redução das perdas reais e aparentes.....	8
3.4. Fontes dos Leões reabilitada.....	9
3.5. Requalificação de infraestruturas hidráulicas na Rua da Levada e nas Travessas da Levada e São Pedro – 1.ª Fase	10
3.6. Resposta à intempérie de janeiro reconhecida publicamente.....	11
3.7. Redes de drenagem mais sustentáveis e resilientes	12
3.8. Soluções de base natural em estudo	13
3.9. Comitiva da Islândia, Liechtenstein e Noruega confere resultados do PVRLA	14
3.10. Excelência renovada nas praias do Porto.....	15
3.11. Entrada em vigor de medida excecional de regularização de dívidas	16
3.12. Novos procedimentos, nova imagem e novo horário no atendimento presencial.....	17
3.13. Plano Diretor de Iluminação Pública aprovado.....	17
3.14. Novas unidades de produção de energia fotovoltaica.....	18
3.15. Novo contrato de eletricidade no universo municipal	19
3.16. Expansão da rede de postos de carregamento de veículos elétricos	20
3.17. Projeto europeu ASCEND acelera descarbonização.....	20
3.18. Pavilhão da Água inaugura exposição dedicada à energia.....	21
3.19. Atividades de educação e sensibilização ambiental obtêm certificação de qualidade e segurança	22
3.20. Renovação do Estatuto Inovadora COTEC.....	22
3.21. Plano de Igualdade de Género atualizado para o triénio 2023-2025.....	22
3.22. Iniciativas de bem-estar dirigidas aos colaboradores.....	23
4. Governo da Sociedade	24
4.1. Objeto Social.....	24
4.2. Orientações Estratégicas	26
4.3. Estrutura de Capital	28
4.4. Órgãos Sociais.....	28
4.5. Estrutura Organizacional	29
5. Investimento.....	30
5.1. Execução do Plano de Investimentos.....	30
5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional	31
Demonstrações Financeiras	35
Execução Orçamental.....	65

1. Principais Indicadores

ÁREAS	Unidade	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Operacional			
Clientes	N.º	165 528	162 528
Abastecimento de Água			
Acessibilidade física ao serviço	%	100	100
Adesão ao serviço	%	100	100
Qualidade da água	%	99,19	99,82
Água entrada no sistema	m ³	10 582 922	9 983 083
Água faturada	m ³	9 126 524	8 543 936
Água não faturada	m ³	1 456 399	1 439 147
Taxa de água não faturada	%	13,76	14,42
Saneamento de Águas Residuais			
Acessibilidade física ao serviço	%	99,76	99,98
Adesão ao serviço	%	99,20	98,84
Águas residuais tratadas	m ³	11 397 839	9 668 675
Cumprimento dos parâmetros de descarga	%	100	100
Gestão da Energia			
Taxa de resolução de pedidos de serviço	%	98,58	157,20
Tempo médio de resolução de pedidos	dias	45,31	-
Disponibilidade dos carregadores	%	90,40	88,00
Recursos Humanos			
Colaboradores	N.º	568	538
Taxa de absentismo	%	7,20	8,62
Índice de frequência de acidentes de trabalho	%	68,57	45,32
Índice de participação em formação	%	78,00	93,87
Investimento			
Investimento realizado no período	Euros	5 708 872,88	4 001 172,85
Investimentos em curso	Euros	9 292 258,49	9 267 385,01
Economia e Finanças			
Volume de negócios	Euros	25 493 634,11	22 974 988,44
EBITDA	Euros	9 583 590,85	9 070 689,06
Resultado operacional (EBIT)	Euros	4 641 838,65	4 436 171,15
Resultado líquido	Euros	3 546 481,10	3 347 984,96
Cash-Flow (Fluxo das Atividades Operacionais)	Euros	9 006 174,27	8 690 349,19
Margem EBITDA ⁽¹⁾	%	37,59	39,48
Autonomia financeira ⁽²⁾	%	78,4	77,68
ROE (Rentabilidade dos capitais próprios) ⁽³⁾	%	2,33	2,29
Prazo médio de pagamento	N.º de dias	58	58
Prazo médio de recebimento	N.º de dias	28	26

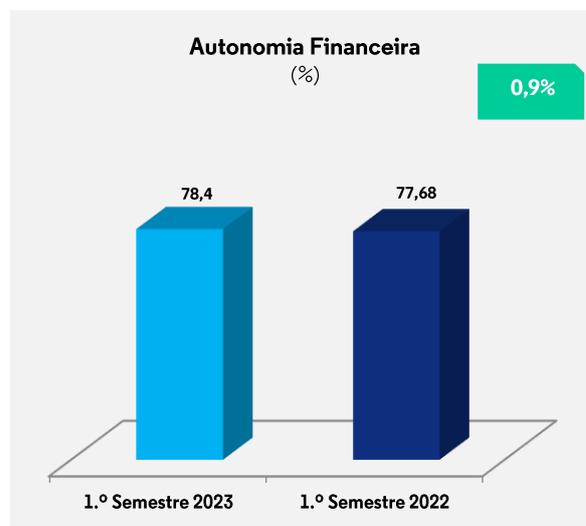
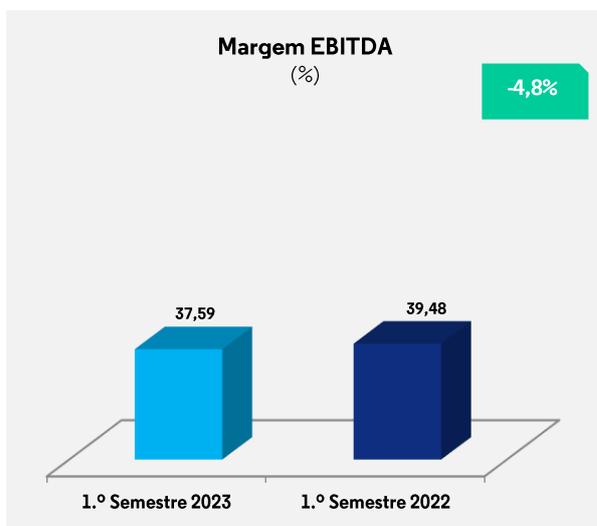
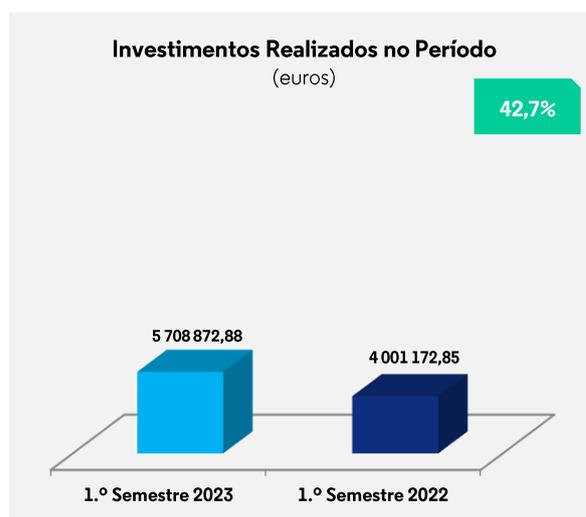
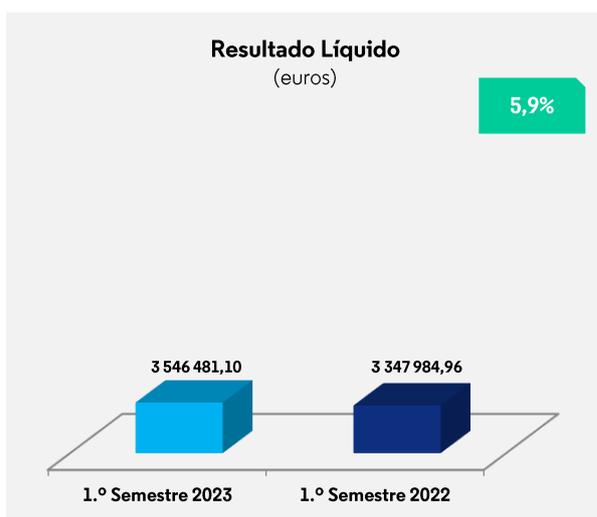
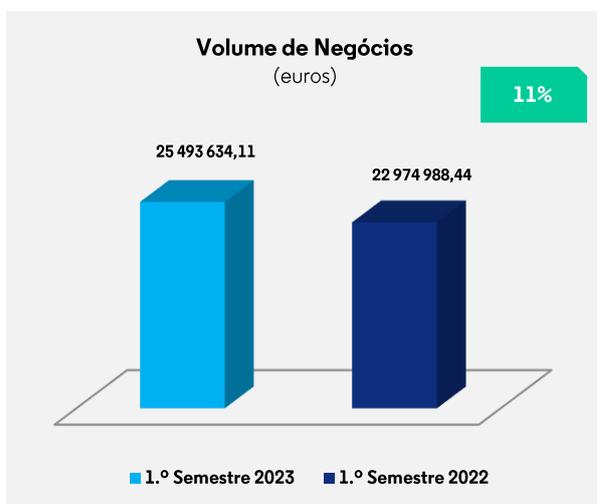
(1) EBITDA / Volume de Negócios

(2) Capital Próprio / Ativo Total Líquido

(3) Resultado Líquido / Capitais Próprios

2. Visão Geral do Negócio

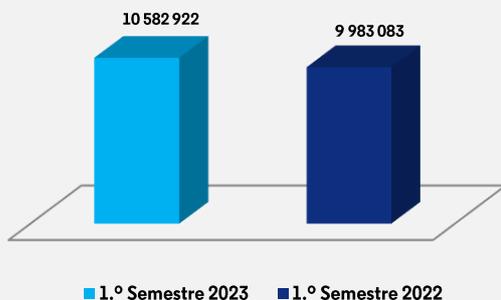
Desempenho Económico-Financeiro



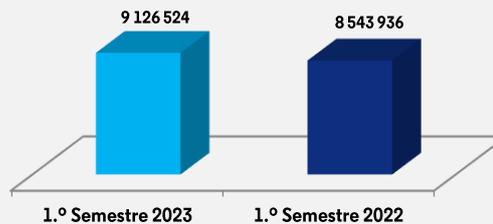
Desempenho Operacional

Água Entrada no Sistema
(m³)

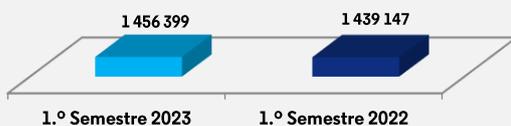
6,0%

Água Faturada
(m³)

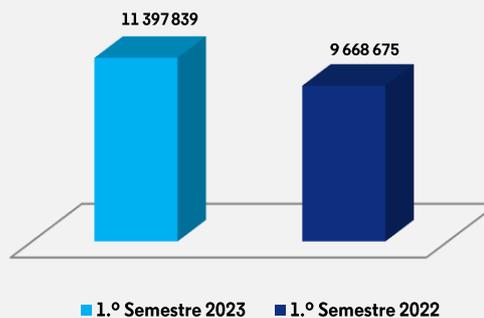
6,8%

Água Não Faturada
(m³)

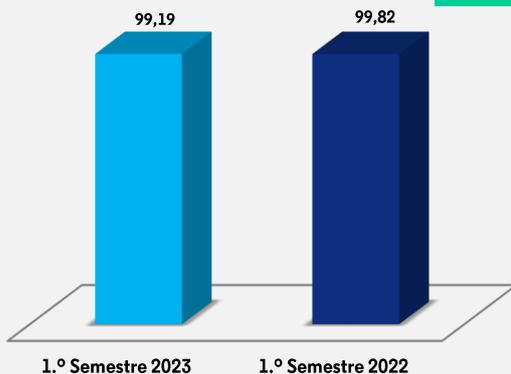
1,2%

Águas Residuais Tratadas
(m³)

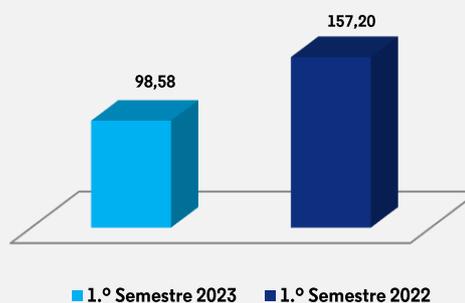
17,9%

Água Segura
(%)

-0,6%

Taxa de resolução de pedidos de serviço,
na área da energia
(%)

-37,3%



3. Sumário do Exercício

3.1. Ciberataque grave condiciona atividade

No dia 29 de janeiro de 2023, a **Águas e Energia do Porto, EM**, foi alvo de um ciberataque grave, tendo acionado os protocolos de segurança adequados. Pese embora o incidente tenha motivado a indisponibilidade imediata de um conjunto de serviços internos e externos, todos os serviços essenciais de abastecimento público de água e de drenagem e tratamento de águas residuais foram assegurados.

O ciberataque teve um impacto transversal a toda a organização e aos seus clientes e restantes *stakeholders*. A capacidade de resposta da empresa ficou limitada ao longo de vários dias, o que resultou em constrangimentos temporários para um conjunto alargado de serviços e respetivas aplicações informáticas, em particular no que respeita à relação contratual, aos pedidos de serviços, à gestão de reclamações e ao desenvolvimento do trabalho interno, entre outros.

Ainda assim, desde a tomada de conhecimento deste incidente, a **Águas e Energia do Porto, EM**, acionou todos os meios técnicos e humanos necessários, com vista à reposição, com a maior celeridade possível, das condições normais de funcionamento dos sistemas afetados e da empresa. Em paralelo, foram estabelecidos os contactos adequados com as várias entidades competentes, nomeadamente o Centro Nacional de Cibersegurança e a Polícia Judiciária, bem como com os clientes e demais parceiros afetados.

A estrutura interna da empresa foi imediatamente reforçada com recursos externos, aos mais diversos níveis, quer para a realização de investigação forense, com o intuito de determinar as causas e a origem do incidente de cibersegurança, quer para a reposição dos serviços e das respetivas aplicações, higienizando os sistemas e mitigando os riscos inerentes a uma segunda vaga de infeção. Foram, ainda, incorporadas ações corretivas e preventivas que visam aumentar a resiliência e segurança das infraestruturas, das plataformas e dos dados.

3.2. ANF volta a atingir valor mínimo

O Porto tem vindo a assumir-se como um dos municípios que menos desperdiça água potável em Portugal. Na primeira metade de 2023, o índice de água não faturada (ANF) manteve a sua tendência de decréscimo. Tendo em consideração os valores da aquisição e da venda de água entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2023, o volume de ANF corresponde a 1 456 399 m³ (8 046 m³/dia), uma redução de 4,5% em relação ao período homólogo do ano anterior, o que significa um índice de 13,76%.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, comprou 10 582 922 m³ de água à empresa Águas do Douro e Paiva, SA, a partir dos onze pontos de entrega do sistema multimunicipal ao Porto. Este volume corresponde a uma média de 58 469 m³/dia de água entrada no sistema (AES), representando um acréscimo de 6% em relação ao primeiro semestre de 2022, ou seja, mais 3 314 m³ diários. Esta variação positiva mostra um crescimento consistente no pós-pandemia de Covid-19 como resultado do dinamismo económico, em particular das atividades de turismo, lazer e negócios.

No mesmo período, a empresa faturou 9 126 524 m³ de água aos seus clientes, valor que traduz uma média de 50 423 m³ de água vendida diariamente, mais 6,8% do que nos primeiros seis meses de 2022. Trata-se de um novo máximo histórico de empresa no que concerne à venda de água desde a sua data de constituição, em 2006, em concordância com a evolução económica, turística e social da cidade do Porto. Esta trajetória favorável conta, igualmente, com o contributo proveniente do incremento da fiabilidade de medição dos consumos dos equipamentos instalados.

Os resultados da gestão operacional do sistema de abastecimento de água do Porto, traduzidos nos valores anteriormente referidos, encontram-se resumidos no quadro e gráfico seguintes, que comparam a evolução registada entre 2017 e 2023.

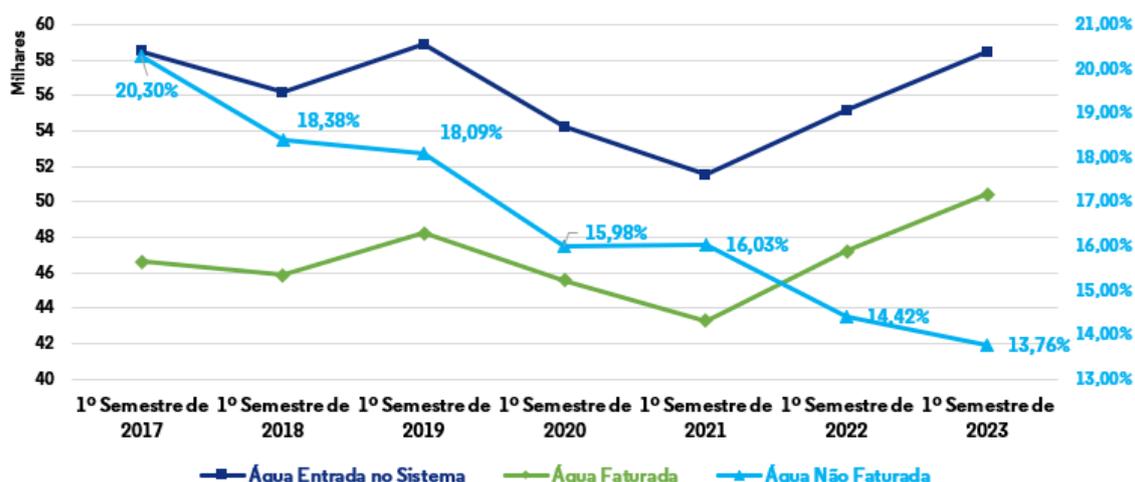


Figura 1 | Evolução da AES, AF e ANF no primeiro semestre dos anos entre 2017 e 2023

Tabela 1 | Evolução da AES, AF e ANF no primeiro semestre dos anos entre 2017 e 2023

Período	AES		AF		ANF		
	m ³	m ³ /dia	m ³	m ³ /dia	m ³	m ³ /dia	%
1.º Semestre de 2017	10 589 722	58 507	8 440 384	46 632	2 149 338	11 875	20,30%
1.º Semestre de 2018	10 165 766	56 165	8 297 328	45 842	1 868 438	10 323	18,38%
1.º Semestre de 2019	10 654 590	58 865	8 727 122	48 216	1 927 469	10 649	18,09%
1.º Semestre de 2020	9 866 141	54 210	8 289 968	45 549	1 576 173	8 660	15,98%
1.º Semestre de 2021	9 327 782	51 535	7 832 160	43 272	1 495 622	8 263	16,03%
1.º Semestre de 2022	9 983 083	55 155	8 543 936	47 204	1 439 147	7 951	14,42%
1.º Semestre de 2023	10 582 922	58 469	9 126 524	50 423	1 456 399	8 046	13,76%
Diferencial/ Evolução	599 839	3 314	582 588	3 219	17 252	95	-0,65%

A redução da ANF é, portanto, uma preocupação fulcral e constante da **Águas e Energia do Porto, EM**, visando uma melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e da sua sustentabilidade. Neste âmbito, encontra-se em fase de implementação contínua e programada o Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada, que engloba um conjunto de estratégias transversais e complementares com metas anuais previstas até 2036.

3.3. Estratégia para redução das perdas reais e aparentes

Uma das grandes apostas da empresa no combate às perdas reais prende-se com o reforço do controlo ativo de perdas (CAP), através da colocação diária no terreno de técnicos especializados na deteção e localização precoce de anomalias. Durante o primeiro semestre de 2023, estas equipas percorreram 2 106 km na sondagem de condutas de adução e distribuição, o que equivale a mais de duas vezes e meia da extensão total da rede, tendo identificado 205 roturas e avarias de conduta. Com um tempo médio de reparação de 2 horas e 16 minutos, constata-se que 83,3% do total de roturas e avarias detetadas, não só via CAP, mas também via comunicações da população, foram debeladas em menos de 24 horas.

O projeto “Setorização Mais” emerge, igualmente, como um importante contributo para a diminuição das perdas reais, através da otimização do modelo de setorização da rede de abastecimento de água. No primeiro de semestre de 2023, foram criadas oito novas ZMC (Zonas de Medição e Controlo) e instaladas 24 VRP (Válvulas Redutoras de Pressão). Deste modo, este período fechou com um total de 91 ZMC, de acordo com a seguinte segmentação e tipologia:

- 23 ZMC principais;
- 68 Sub-ZMC interiores;
- 5 Zonas de Redução de Pressão (ZRP).

Está, também, em curso um plano de renovação da rede de distribuição de água, que inclui a substituição de diversas condutas e reservatórios. Este plano permite evitar possíveis roturas e garantir a manutenção da excelente qualidade da água que chega às torneiras de todos os portuenses. Uma das estratégias implementadas pela **Águas e Energia do Porto, EM**, consistiu numa empreitada contínua para intervenção em infraestruturas prioritárias, que permitiu a renovação de 1,5 km de condutas.

Quanto às perdas aparentes, é de salientar a execução do Plano de Gestão e Renovação de Contadores e de Reforço da Telemetria em Clientes. Neste semestre, foram substituídos 10 467 contadores que apresentavam elevados níveis de desgaste, calibres desadequados e taxas de submedição fora da gama aceitável. A taxa de renovação semestral do parque de contadores cifrou-se em 6,4%. No dia 30 de junho de 2023, 66,9% dos clientes da empresa tinham equipamentos de telemetria instalados.

Importante também foi a aposta no controlo dos contadores potencialmente parados. Ao longo do período em análise, foram realizadas 3 173 visitas técnicas a instalações com um consumo médio anual inferior a 1 m³, com o intuito de identificar situações anómalas. Nessas visitas, as equipas desencadearam as ações corretivas necessárias decorrentes dos resultados das inspeções realizadas, de modo a garantir a fiabilidade da faturação e a redução das perdas aparentes.

Por último, outro eixo de redução das perdas aparentes está ancorado na deteção de consumos de água não autorizados, tendo sido identificados e retirados 488 ilícitos e, conseqüentemente, restaurada a integridade às instalações/locais de consumo, seguindo-se a fase de instauração de contraordenações.

3.4. Fontes dos Leões reabilitada

A Fonte Monumental dos Leões foi alvo de uma intervenção profunda, que evoca as suas origens e os seus traços e cores originais, mas que lhe trouxe também um novo sistema de sensorização e monitorização, tornando-a mais eficiente, quer em termos hídricos, quer em termos energéticos. Aquele que antes foi um equipamento central no abastecimento de água às zonas da Baixa e da Foz, com a principal função de assegurar o controlo da pressão e o arejamento da água, renasce agora em toda a sua glória, perpetuado na memória e também no presente de todos os portuenses e visitantes da cidade do Porto.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, fez uma reabilitação total deste monumento, corrigindo e retificando a estrutura centenária. A componente estética foi devidamente cuidada, desde o imponente fuste, decorado com a postura dos quatro leões que a constituem e dos dois pratos que completam a sua altura, até ao trabalho de estereotomia do tanque que recolhe as águas. Nos elementos metálicos, foram retirados e reparados todos os pontos de corrosão e aplicada uma pintura com componentes próprios para aumentar a durabilidade do ferro, metal de origem da fonte. Também no tanque, além do tratamento de colmatação de fissuração e de elementos de argamassa partidos, foi aplicado um novo sistema de impermeabilização, mais adequado à exposição às condições climáticas do local.



Figura 2 | Fonte dos Leões original (esquerda) e Fonte dos Leões após a reabilitação profunda, concluída em 2023 (direita)

As diferentes componentes técnicas da Fonte dos Leões foram revistas, tendo sido substituído o sistema de comando e controlo, colocados vários sensores de nível (controlo de caudal, monitorização de avaria de bombagem, avaria na iluminação e doseadores automáticos de desinfecção da água), que introduzem novas funcionalidades de gestão e vigilância remota. Verificou-se, ainda, a implementação de um novo sistema de iluminação multicolor, recorrendo a tecnologia LED de baixo consumo, acoplado aos vários níveis da fonte e dotado de automatismo de acionamento. Desta forma, este sistema pode apenas ser ativado nos períodos noturnos, permitindo uma poupança energética num dos fatores de maior consumo do equipamento e potenciando a beleza do monumento também durante a noite.

Em comunicação permanente (24 horas por dia), através de rede *wireless*, os vários sistemas são monitorizados pelo Centro de Gestão de Operações, o que permite uma atuação rápida ao mínimo sinal de alarme, diminuindo tempos de reação e promovendo a sustentabilidade em questões como a possível perda de água ou o consumo excessivo por avaria elétrica.

3.5. Requalificação de infraestruturas hidráulicas na Rua da Levada e nas Travessas da Levada e São Pedro – 1.ª Fase

Com uma duração prevista de 510 dias, a empreitada de requalificação na Rua da Levada e nas Travessas da Levada e São Pedro, iniciada no final de 2022, continuou a ser desenvolvida durante o primeiro semestre de 2023. Prevê-se o redesenho do espaço público, melhorando a acessibilidade e circulação pedonal e qualificando o ambiente urbano, numa área de 5 300 metros quadrados, resultando num investimento de 2 020 00 € da **Águas e Energia do Porto, EM**. Este valor será comparticipado em 1 620 000 €, na sequência da submissão e da aprovação de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Os trabalhos contemplam a renovação dos pavimentos, através de uma solução eficiente e capaz de promover a salubridade, com vista à resolução dos problemas causados pela inexistência de soluções de recolha e encaminhamento de águas pluviais. Serão também melhoradas as redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais. Deste modo, conseguir-se-á privilegiar e melhorar a circulação pedonal, reduzindo a faixa viária e criando zonas de estacionamento, bem como incluir sinalização horizontal e vertical e, ainda, renovar e reforçar a iluminação pública.

A grande mais-valia desta obra é o facto de integrar as soluções técnicas de aproveitamento e melhoria das infraestruturas hidráulicas, com as ações de requalificação do espaço público e a melhoria das condições de vida da população. Com efeito, este investimento, localizado numa zona mais desfavorecida da cidade, irá melhorar as condições de vida de famílias em situação de precariedade habitacional, contribuindo para a redução da pobreza e da exclusão e

promovendo o acesso à habitação, ao espaço e aos serviços públicos, à saúde e bem-estar e à qualidade de vida.



Figura 3 | Assentamento de coletores de águas pluviais em betão (esquerda) e de coletor de águas residuais em grés (direita)

3.6. Resposta à intempérie de janeiro reconhecida publicamente

O período em análise no presente relatório ficou, igualmente, marcado pelas inundações registadas no dia 7 de janeiro como resultado de um fenómeno climático extremo (chuva intensa e concentrada num curto espaço de tempo), agravado pelas obras da Metro do Porto. Durante esse fim de semana, a **Águas e Energia do Porto, EM**, destacou para o terreno várias equipas, de diferentes áreas funcionais, para responder às necessidades da população e apoiar os restantes serviços municipais e outras entidades na reparação e limpeza de várias artérias da cidade.

A Câmara Municipal do Porto homenageou os 33 colaboradores da empresa que estiveram envolvidos nestes trabalhos pelo serviço prestado à cidade e à sua população, através da entrega de um louvor público numa cerimónia que decorreu nos Paços do Concelho. Este louvor reconhece a prontidão e eficiência da resposta, assim como os incansáveis esforços para evitar o agravamento da emergência, assegurar a segurança da população e reparar os estragos na via pública.

Durante a cerimónia, Rui Moreira frisou que o *“regresso rápido à normalidade só foi possível graças à elevada competência técnica e ao extraordinário profissionalismo, sentido de dever e espírito de entajuda dos trabalhadores”*. Quase 200 intervenientes receberam os diplomas que atestam o louvor público, entregues pela mão do presidente da Câmara Municipal do Porto, do presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, dos vereadores do Executivo, e da Provedora do Município do Porto, Maria José Azevedo.



Figura 4 | Colaboradores homenageados pela Câmara Municipal do Porto

3.7. Redes de drenagem mais sustentáveis e resilientes

No que concerne à exploração da rede de drenagem, o primeiro semestre de 2023 foi bastante atípico como resultado de vários eventos climáticos anómalos e extremos. Esse cenário exigiu a concentração de esforços, durante os meses de janeiro e fevereiro, na reposição das normais condições de escoamento das infraestruturas fortemente impactadas pela elevada precipitação registada. Nos seis meses analisados, os números revelam o bom desempenho desta área, designadamente os seguintes:

- N.º total de intervenções – 2920;
- Área pavimentada – 5 051 m²;
- Substituição/reparação de tampas – 383;
- Coletores e ramais reparados – 38.

Por consequência, observou-se um aumento do número de colapsos estruturais em coletores e de inundações, no total de seis e 21, respetivamente. Não obstante as dificuldades deste período, a **Águas e Energia do Porto, EM**, conseguiu executar o Plano de Varejamento de Coletores de Águas Residuais em linha com o objetivo previamente estabelecido (88 km realizados em comparação com 90 km planeados). Por seu lado, o Plano de Limpeza de Órgãos de Águas Pluviais obteve um desempenho bastante superior ao expectável. Estava prevista a execução da limpeza a 8 430 órgãos de águas pluviais (caixas, sargetas e sumidouros), mas a empresa fez a limpeza a 11 718 unidades desta natureza, fechando o semestre com um resultado 39% acima do previsto.

De assinalar que, em termos do desenvolvimento de novos projetos, foram preparadas as bases para dotar o Porto de redes de drenagem mais sustentáveis e resilientes. Enquadra-se, neste domínio, a conclusão do caderno de encargos para o lançamento do procedimento de contratação pública, por consulta prévia, para aquisição de serviços de consultoria para a elaboração do Plano de Segurança do Saneamento, assim como a preparação do caderno de encargos para o lançamento do concurso público de aquisição de serviços de elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana. Foram, ainda, desenvolvidas as cláusulas técnicas para a

contratação de serviços de modelação hidráulica em SWMM (*Storm Water Management Model*) das redes de drenagem de águas residuais e pluviais.

Com vista a garantir o tratamento adequado das águas residuais e o cumprimento dos valores limite de descarga estabelecidos no Título de Utilização de Recursos Hídricos, a **Águas e Energia do Porto, EM**, faz uma monitorização rigorosa do funcionamento das ETAR, que inclui:

- Verificar em permanência (24h) o funcionamento adequado da instalação e dos seus equipamentos, agindo em conformidade com os procedimentos estabelecidos;
- Executar o plano de controlo analítico e verificar diariamente os resultados;
- Executar o plano de verificação da instrumentação de campo e laboratório;
- Executar as tarefas diárias de acordo com o plano estabelecido e fazer o seu registo;
- Monitorizar consumos de energia e reagentes, em função das necessidades.

No primeiro semestre de 2023, foi possível continuar a validar a qualidade do efluente tratado para reutilização, produzido na unidade de Água para Reutilização (ApR) instalada na ETAR do Freixo, e recolher informação relevante para futuros investimentos de ampliação. Paralelamente, a empresa efetuou, junto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o pedido de licenciamento de produção de ApR.

No período em análise, e tal como detalhado na Tabela 2, o volume de efluentes tratados nas ETAR totalizou 11 397 839 m³, representando um aumento de 17,9% relativamente ao primeiro semestre de 2022.

Tabela 2 | Águas residuais tratadas nas ETAR (m³)

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022	Δ%
ETAR do Freixo	4 864 165	3 927 155	23,9
ETAR de Sobreiras	6 533 674	5 741 520	13,8
Total	11 397 839	9 668 675	17,9

A ETAR de Sobreiras tratou 6 533 674 m³ de águas residuais, mais 12,8% relativamente ao período homólogo de 2022, o que corresponde a 57,3% dos efluentes recolhidos na cidade do Porto. Por sua vez, o volume de águas residuais tratado na ETAR do Freixo fixou-se em 4 864 165 m³, assinalando uma variação de 23,9% quando comparada com mesmo período do no precedente. O aumento de caudal explica-se pelo acréscimo da pluviosidade registada e consequentes aflúências indevidas e infiltrações.

Quanto à qualidade do efluente final, constata-se que o cumprimento dos parâmetros de descarga foi de 100%. Este indicador da ERSAR corresponde à percentagem do equivalente de população que é servido com estações de tratamento que asseguram o cumprimento das licenças de descarga.

3.8. Soluções de base natural em estudo

Como referido no ponto 3.6, o início de 2023 foi caracterizado por fenómenos anómalos de precipitação na cidade do Porto, que provocaram a sobrecarga da rede pública de drenagem de águas pluviais e respetivas ribeiras. Os caudais originados pelas fortes chuvas demonstraram a necessidade de adaptar o espaço urbano às alterações climáticas e aumentar a resiliência da cidade a fenómenos extremos, de forma a mitigar os seus impactes negativos.

No período em análise, procedeu-se à identificação e caracterização dos locais mais afetados por inundações, tendo sido priorizadas a Ribeira dos Amores e a Ribeira Poço das Patas. Neste

sentido, foi analisada a possibilidade de implementar soluções de base natural nas respetivas bacias hidrográficas, tendo sido identificadas as seguintes possibilidades:

- **Ribeira dos Amores:**
 - Criação de bacia de retenção em terrenos contíguos à A3;
 - Renaturalização da Rua Dr. Eduardo Santos Silva e ruas envolventes com a transformação de lugares de estacionamento em sistemas de infiltração e retenção de água com árvores e armazenamento subterrâneo;
- **Ribeira Poço das Patas:**
 - Criação de bacias de retenção no Jardim Paulo Vallada.

Simultaneamente, de forma a dotar o Campus da empresa de maior resiliência climática e de exemplos de boas práticas na drenagem de águas pluviais, foi considerada, no projeto de execução do Parque de Resíduos, a implementação de sistemas de floreiras para detenção de águas pluviais na rede predial do edifício, promovendo uma drenagem mais eficiente.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, garantiu, igualmente, as atividades diárias que promovem as boas condições hidráulicas e ambientais dos rios e ribeiras da cidade, nomeadamente a realização de ações de inspeção, manutenção e limpeza dos seus leitos e margens, incluindo troços a céu aberto e entubados. Nesta matéria, destaca-se a atuação dos Guarda-Rios, que, no semestre em apreço, efetuaram 1 129 inspeções visuais.

3.9. Comitiva da Islândia, Liechtenstein e Noruega confere resultados do PVRLA

Os responsáveis pelos Programas Crescimento Azul e Ambiente, dos EEA Grants Portugal, cujos países doadores são a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, visitaram, em janeiro deste ano, os projetos nacionais financiados por este consórcio. O Plano de Valorização e Reabilitação das Linhas de Água (PVRLA) do Município do Porto foi um desses projetos.

Da comitiva visitante, fizeram parte a Embaixadora da Noruega em Portugal, a Diretora-Geral e Subdiretora Geral de Política do Mar, a Coordenadora do Programa Ambiente dos EEA Grants, a Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão dos EEA Grants, os representantes dos parceiros comuns aos dois programas (Innovation Norway), os representantes do parceiro do Programa Crescimento Azul para a área da Investigação (Research Council of Norway) e do *Financial Mechanism Office* dos EEA Grants.

O PVRLA, promovido pela **Águas e Energia do Porto, EM**, enquanto entidade responsável pela gestão das linhas de água do Porto, tem como parceiros estratégicos a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a APA e o Município do Porto. É financiado em 85% pelo Programa “Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono”, no âmbito dos EEA Grants, fundo esse que é acompanhado pela Unidade Nacional de Gestão que atua como Ponto Focal Nacional perante os países doadores.

Este documento reveste-se da maior relevância para a identificação e priorização de medidas e investimentos que minimizem a vulnerabilidade da cidade do Porto em relação às alterações climáticas, em particular no que respeita aos seus impactos nos recursos hídricos, encontrando-se devidamente alinhado com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Município do Porto e outras estratégias à escala municipal, intermunicipal e nacional. O PVRLA terá, ainda, um papel fundamental na procura do equilíbrio entre as soluções azuis (ecossistemas fluviais), verdes (fornecidas pela natureza) e cinzentas (infraestruturas construídas), bem como no envolvimento da população na proteção e valorização dos recursos hídricos, em consonância com o paradigma das cidades esponja.

As duas primeiras etapas deste plano, referentes ao enquadramento, caracterização e diagnóstico da situação atual (fase 1) e à definição de cenários climáticos, caracterização e

diagnóstico (fase 2) tiveram o seu término em 2022, tendo, no período em análise, decorrido a fase 3 relativa à definição do programa de medidas e cronograma de execução.

3.10. Excelência renovada nas praias do Porto

A época balnear de 2023 teve início a 17 de junho e terminou no dia 10 de setembro. O hastear das bandeiras azuis ocorreu no dia 20 de junho, mantendo-se a distinção em nove das dez praias oficialmente designadas na frente marítima do Porto (Pastoras, Carneiro, Ourigo, Ingleses, Luz, Gondarém, Molhe, Homem do Leme e Aquário).

Este galardão da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) tem como finalidade educar para o desenvolvimento sustentável em praias costeiras, fluviais e lacustres, portos de recreio e marinas e embarcações de recreio e ecoturísticas que cumpram um conjunto de critérios relacionados com quatro domínios: (1) informação e educação ambiental; (2) qualidade da água balnear; (3) gestão ambiental, segurança e serviços; e (4) responsabilidade social e envolvimento comunitário.

A Praia do Homem do Leme foi, ainda, classificada como “Praia com Qualidade de Ouro”, distinção atribuída pela Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza. De acordo com os critérios definidos em 2023, a água balnear tem de respeitar os seguintes requisitos:

- Qualidade da água excelente nas últimas quatro épocas balneares de 2019 a 2022;
- Todas as análises realizadas na última época balnear (2022) deverão ter apresentado resultados melhores que os valores definidos para o percentil 95 do anexo I da diretiva relativa às águas balneares;
- Na última época balnear (2022), não poderá ter ocorrido qualquer tipo de ocorrência/aviso de desaconselhamento da prática balnear, proibição da prática balnear e/ou interdição temporária da praia.

Esta avaliação baseia-se na informação pública oficial disponível, tendo apenas em consideração as análises efetuadas nos laboratórios das diferentes Administrações Regionais Hidrográficas.



Figura 5 | Hasteamento da Bandeira Azul na praia do Homem do Leme

De igual modo, o Porto manteve a distinção “Praia Acessível, Praia para Todos” nas praias do Homem do Leme e do Carneiro, que foram adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida de acordo com os requisitos deste programa. Entre os vários serviços e infraestruturas disponibilizados, salientam-se as instalações sanitárias adaptadas, os acessos com rampas e corrimãos, a existência de um equipamento anfíbio de apoio ao banho, um serviço de apoio à sua utilização prestado pelo Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto e lugares de estacionamento nas imediações das praias.

Além das várias instalações sanitárias, as praias do Porto foram apetrechadas com um conjunto significativo de equipamentos de apoio aos banhistas, nomeadamente três postos de primeiros-socorros, 18 painéis informativos, 10 bebedouros, 13 chuveiros, dez conjuntos de equipamentos de recolha seletiva de resíduos, um papa-chicletes e Internet sem fios gratuita, entre outros. Cabe ao Pavilhão da Água, reconhecido pela ABAE como Centro Azul, desenvolver as ações de educação ambiental, adaptando, mais uma vez, as iniciativas ao tema de 2023 da Bandeira Azul: “Geodiversidade”.

No que respeita às novas competências de gestão das praias atribuídas à **Águas e Energia do Porto, EM**, foram, ainda, efetuados trabalhos de manutenção dos passadiços pedonais à cota baixa, nas praias do Molhe e Gondarém, bem como melhoramentos nos acessos às praias das Pastoras e do Carneiro.

O Contrato-Programa em vigor é monitorizado através de um conjunto de indicadores, que permitem ao Município do Porto avaliar a qualidade do serviço prestado, o desempenho ambiental, a produtividade e a eficiência operacional e de gestão. No âmbito do Plano Estratégico para a Valorização e Resiliência da Frente Marítima do Porto, foram ainda iniciados os trabalhos de preparação do procedimento de contratação pública de “*Diagnóstico e Conceito de Marketing para as Praias do Porto*”, com vista a criar um desenho e imagem uniforme para as praias.

Tabela 3 | Resultados e metas dos indicadores definidos no Contrato-Programa das Praias

Atividades	1.º Semestre 2023	Metas Anuais		
		Prestação Ineficaz	Prestação Eficaz	Prestação Muito Eficaz
N.º de ações de educação ambiental	NA	≤ 5	6	≥ 7
N.º de praias com Bandeira Azul	9	≤ 4	[5;7]	≥ 8
N.º de ações realizadas nas praias	399	≤ 400	[401;599]	≥ 600
Tempo médio de resposta a reclamações e pedidos de informação dos utentes das praias (dias úteis)	6,88	≥ 15	[10;14]	≤ 9

3.11. Entrada em vigor de medida excecional de regularização de dívidas

A crise pandémica, e mais recentemente a guerra na Ucrânia, vieram agravar as condições económicas das empresas e da população em geral, em virtude de um forte agravamento dos custos de vida como consequência da alta inflação verificada, e ainda, no caso particular das famílias, devido à acentuada subida das taxas de juro do crédito à habitação.

Neste contexto, a **Águas e Energia do Porto, EM**, em estreita cooperação com a Porto Ambiente, voltaram a unir esforços no sentido de promover a adoção de uma nova medida excecional de apoio a todos os utilizadores dos seus serviços, mediante a atribuição de condições mais favoráveis para o pagamento de faturas a pagamento ou já vencidas, mas ainda em fase pré-contencioso, que podem agora passar ser pagas até seis prestações mensais sem juros, assegurando-se, por um lado, a manutenção do acesso aos serviços essenciais prestados e, por outro, evitando-se a cobrança coerciva dos valores devidos, com acréscimos de juros, custas e eventual penhora de bens.

Esta medida, aprovada pelo Executivo Municipal no passado mês de novembro de 2022, entrou em vigor no dia 3 de janeiro, pelo prazo de seis meses, podendo a adesão a estas condições especiais de pagamento ser efetuada através de formulário disponível no Balcão Digital ou nos balcões de atendimento ao público desta empresa municipal. Entretanto, houve uma prorrogação do prazo até dezembro de 2023.

3.12. Novos procedimentos, nova imagem e novo horário no atendimento presencial

Neste exercício, os balcões de atendimento da **Águas e Energia do Porto, EM**, passaram a dispor de *tablets*, com vista à redução do papel utilizado nos diversos procedimentos. Esta evolução resulta do compromisso da empresa com a sustentabilidade ambiental, que se materializa, neste caso, na redução da produção de resíduos, mas reforça também a estratégia de transformação digital na relação com os clientes. Espera-se não só potenciar a satisfação dos clientes, mas também viabilizar a recolha de informação relevante em cada interação, o que permitirá conhecer melhor quem se dirige aos balcões e, assim, implementar ações de melhoria apropriadas.

Desde maio de 2023, os colaboradores do atendimento presencial passaram a receber os clientes com uma nova imagem, envergando uma coleção formal numa linha clássica que se destaca nos detalhes, inspirados no logótipo da empresa, no ícone das ondas e na paleta de cores da identidade gráfica da cidade do Porto. Esta alteração procura aumentar o conforto do colaborador enquanto desempenha as suas funções, mas também continuar a receber o cliente da melhor forma.



Figura 6 | Novo fardamento no atendimento presencial

Fruto deste compromisso de aumento da eficiência e da qualidade do atendimento presencial, foi, ainda, realizado um estudo que evidenciou a necessidade de reajustar o horário de funcionamento e a afetação de recursos humanos devido aos novos comportamentos dos clientes. Nesta sequência, o novo horário entrou em vigor no início do segundo semestre de 2023, com o propósito de maximizar a eficiência dos procedimentos inerentes ao atendimento e à qualidade do serviço, através do reforço da capacidade de resposta.

3.13. Plano Diretor de Iluminação Pública aprovado

No domínio da energia, a **Águas e Energia do Porto, EM**, prosseguiu com a gestão dos contratos de substituição de luminárias por novas com tecnologia LED, mais eficientes e que

permitirão uma poupança no consumo de eletricidade na iluminação pública superior a um milhão de euros por ano. Estão já instaladas cerca de 7 300 novas luminárias LED, essencialmente na zona histórica do Porto, nas zonas marginais, nas Avenidas da Boavista e de Marechal Gomes da Costa e no Parque da Cidade, num trabalho que vai ser concluído até ao final de 2023.

No início do ano, teve início a obra de requalificação para tecnologia LED da Ponte Luis I. Estes trabalhos, realizados exclusivamente com equipas próprias, consistiram na substituição de 65 novos projetores com tecnologia LED, assim como na renovação da instalação de alimentação elétrica composta por quatro quadros elétricos e cerca de quatro mil metros de novos cabos elétricos. Estima-se uma poupança de 4 600 euros por ano no consumo de energia nesta nova instalação, que prevê o controlo de fluxo da iluminação, sendo possível a sua regulação de forma remota.

O Executivo Municipal aprovou, por unanimidade, na reunião pública de janeiro, o Plano Diretor de Iluminação Pública do Município do Porto, que contribui para uma melhor racionalização dos custos de investimento e de manutenção e para a minimização quer dos impactos ambientais, quer do consumo energético. Na proposta subscrita pelo Vice-Presidente e Vereador do Ambiente e Transição Climática, Filipe Araújo, deu-se nota que este plano é um instrumento de gestão moderno e eficaz, que facilita o desenvolvimento orgânico e sustentado da estrutura de iluminação pública da cidade.

Elaborado pela Agência de Energia do Porto, em a colaboração com a equipa da **Águas e Energia do Porto, EM**, o documento tem como principais objetivos: (i) promover uma visão integrada e coerente da infraestrutura de iluminação pública em todo o território, sem prejuízo da identidade da cidade; (ii) reduzir de forma sustentada a fatura energética, resultante do acompanhamento das tecnologias de iluminação mais eficientes; e (iii) melhorar a qualidade de vida dos residentes e visitantes, revitalizando a atividade urbana durante o período noturno.

3.14. Novas unidades de produção de energia fotovoltaica

A empreitada de conceção e construção de uma unidade de produção para autoconsumo (UPAC), a partir de fonte solar fotovoltaica, no Bairro da Agra do Amial, foi concluída, estando já a Escola Básica da Agra do Amial a produzir a sua própria energia de origem renovável. Trata-se de uma das iniciativas âncora incluídas no projeto “*Asprela + Sustentável*”, conducente à constituição de um Autoconsumo Coletivo (ACC), enquanto investimento consignado no Contrato de Mandato estabelecido com o Município do Porto.

Em fevereiro de 2023, a empresa contratualizou duas novas empreitadas para a instalação de UPAC no Parque da Cidade e na ETAR do Freixo. Esta última está enquadrada no projeto europeu AQUALITRANS II, que pressupõe uma colaboração transfronteiriça entre Portugal e Espanha, com o objetivo de promover o uso eficiente da energia, através do aumento do autoconsumo. A sessão de encerramento desta iniciativa realizou-se em junho, na ETAR do Freixo, e contou com a presença e intervenção da **Águas e Energia do Porto, EM**, bem como dos parceiros envolvidos (ITG, Augas da Galicia, INEGA, INEGI).

Na ETAR do Freixo, foi instalada uma unidade de produção para autoconsumo (UPAC), com uma potência instalada de 133 kWp e uma produção anual de 178 MWh, o que conduz a uma redução do consumo energético em aproximadamente 4%. Esta UPAC é constituída por 242 painéis fotovoltaicos, divididos entre o edifício administrativo e o edifício de pré-tratamento. Deste modo, a cidade do Porto deu mais um passo no caminho para a descarbonização, uma meta definida para 2030, no âmbito do Pacto do Porto para o Clima.



Figura 7 | Instalação de UPAC na ETAR do Freixo ao abrigo do projeto AQUALITRANS II

Outro resultado relevante do AQUALITRANS II consistiu no desenvolvimento de uma ferramenta online para dimensionamento ótimo e análise de viabilidade de instalações de autoconsumo em ETAR. O ITG criou, em colaboração com o INEGA e o INEGI, esta solução que analisa as opções de autoconsumo, tendo em conta a tipificação da curva de consumo horário e as características de localização, orientação e superfície disponível. Este sistema inclui a modelação da curva de consumo horário com base no tipo de ETAR e a sua curva de carga real, com simulação dos balanços energéticos de geração e consumo da solução.

O trabalho desenvolvido no âmbito deste projeto demonstra que existe um potencial de poupança energética de 32 GWh por ano nas ETAR da Eurorregião, o que significaria uma redução das emissões de gases com efeito de estufa de mais de 12 toneladas de CO₂ por ano.

3.15. Novo contrato de eletricidade no universo municipal

O contrato de fornecimento de energia elétrica terminou em maio de 2023 e, tendo em conta a atual imprevisibilidade dos mercados de energia, foi necessário preparar antecipadamente os termos da sua renovação. Está já em vigor um novo contrato, estabelecido no âmbito de uma ação conjunta, através da figura do agrupamento de entidades adjudicantes, liderado pela **Águas e Energia do Porto, EM**, e constituído pelo Município do Porto, pela Ágora – Cultura e Desporto do Porto, EM, e pela EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM.

Está também já em curso a preparação e validação das peças procedimentais para o lançamento de um novo concurso público para a renovação do fornecimento de energia, até ao final do ano, destacando-se o alargamento do agrupamento à GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM, à Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, à Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, EM, SA, aos STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, EIM, e aos STCP – Serviços. No contexto da monitorização da execução do contrato de fornecimento de energia elétrica, refere-se, ainda, que foram validadas 93 faturas no primeiro semestre de 2023.

O desempenho organizacional no domínio da energia é monitorizados através de indicadores de gestão, que se encontram estruturados em seis eixos (eficiência energética, incremento da eficiência energética e redução de custos energéticos, produção renovável, carregadores de veículos elétricos, produtividade e, por fim, eficiência operacional e de gestão). Os resultados obtidos, no período em apreço, são apresentados na tabela que se segue.

Tabela 4 | Resultados e metas dos indicadores definidos no Contrato-Programa da Energia

Indicadores	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022	Metas Anuais		
			Prestação Ineficaz	Prestação Eficaz	Prestação Muito Eficaz
Redução global da utilização de energia elétrica municipal (%)	17,3	21,7	<2	[2, 8[≥8
Redução de custos da fatura de energia elétrica (%)	99,4	16,8	<3	[3, 12[≥12
Redução da energia excedente da produção injetada na RESP (%)	2,2		<2	[2, 7 [≥7
Disponibilidade dos carregadores de veículos elétricos (%)	90,40	88,00	<90	[90, 95[≥95
Grau de execução do investimento (%)	7,32	1,32	<50	[50, 75[≥75
Taxa de resolução de pedidos de serviço (%)	98,56	157,20	<50	[50, 70[≥70

No período em causa, a **Águas e Energia do Porto, EM**, recebeu um total de 719 pedidos de intervenção, um valor superior ao do período homólogo de 2022. A taxa média de resolução de fixou-se em 102,9%, o que significa uma recuperação da quantidade de casos fechados em relação a novas entradas. No que diz respeito ao desempenho do concessionário de baixa tensão e iluminação pública (E-Redes), observou-se uma diminuição progressiva da média semanal do número de casos em tratamento, fixando a média do semestre em 54 casos, significativamente abaixo do período homólogo do ano anterior.

3.16. Expansão da rede de postos de carregamento de veículos elétricos

A frota de veículos elétricos do universo municipal vai aumentar durante o ano 2023, surgindo assim a necessidade de dotar a infraestrutura de carregamento deste tipo de veículos com pontos de carga adicionais. Foi já adjudicada e estão iniciados os trabalhos da empreitada de conceção e construção da expansão da rede de CVE, prevendo-se um reforço de cerca de 40 novos postos.

Foram ainda iniciados os trabalhos de desenvolvimento e migração para uma nova plataforma de gestão, com funcionalidades acrescidas, que permitirão assegurar uma supervisão desta rede mais eficiente e integrada. Em paralelo a estas atividades de melhoria manteve-se a operação habitual da rede municipal: a taxa de conectividade durante o 1º semestre aumentou para 93,8%, enquanto o tempo de disponibilidade médio das tomadas de carregamento estabilizou em cerca de 88,8%.

3.17. Projeto europeu ASCEND acelera descarbonização

Após a seleção do Porto como uma das 100 cidades do espaço europeu com a ambição de liderar a transição climática do território, decorreu, entre 19 e 21 de abril deste ano, uma sessão de trabalho para iniciar a concretização do Contrato de Cidade Climática. O *workshop* contou com a participação de diversas entidades do universo municipal e alguns parceiros do Pacto do Porto para o Clima.

Estes dois dias de trabalho envolveram também os atores locais do projeto ASCEND, que tem em vista acelerar a implementação de distritos de energia positiva (*Positive Clean Energy Districts*), enquanto solução importante para tornar as cidades mais sustentáveis, inclusivas e neutras em carbono. Este projeto pretende desenvolver demonstradores de larga escala em oito

idades europeias (Porto, Munique, Lyon, Budapeste, Alba Iulia, Charleroi, Praga e Estocolmo), sendo o cluster do Porto constituído por quatro parceiros locais: a **Águas e Energia do Porto, EM**, a Fundação de Serralves, a Agência de Energia do Porto e a Associação Porto Digital.

A área de implementação engloba a zona de Serralves, várias áreas habitacionais, como a Pasteleira e Pinheiro Torres, e diversas escolas no espaço circundante, aproveitando a sinergia com o projeto Porto Solar. A intenção é que se constitua o primeiro distrito positivo em termos energéticos, isto é, uma zona capaz de produzir mais energia do que aquela que é consumida, apostando na produção renovável, nomeadamente através de fonte solar.

O referido evento foi facilitado e acompanhado pelos parceiros europeus *Energy Cities* e *Dark Matter Labs*, ambos integrantes do consórcio *NetZeroCities*, que acompanha a implementação da neutralidade carbónica nas cidades escolhidas na “Missão Cidades”. Os resultados destes dias de trabalho foram fundamentais para a articulação entre diversas entidades, tendo em vista a concretização dos objetivos climáticos propostos pelo Município do Porto.



Figura 8 | Workshop de mobilização para o Pacto do Porto para o Clima

3.18. Pavilhão da Água inaugura exposição dedicada à energia

O Pavilhão da Água assinalou o Dia Mundial da Energia (29 de maio) com a inauguração de uma UPAC, de 70 módulos fotovoltaicos, instalada na cobertura do edifício, prevendo-se uma produção anual de 48 MWh. Num período normal de sol, a energia utilizada neste espaço será exclusivamente proveniente de origem solar, inteiramente gratuita e sustentável. Este investimento paga-se a si próprio, estimando-se um período de retorno de cinco anos.

De assinalar, também, a estreia de experiências interativas ligadas à eficiência energética, fruto de uma parceria entre a **Águas e Energia do Porto, EM**, a E-Redes e a Agência de Energia do Porto. À mostra expositiva imersiva com recurso à água, o Pavilhão da Água juntou novos conteúdos, de carácter pedagógico e lúdico, que pretendem realçar a importância da transição energética, adicionando três novas experiências às 24 já existentes, designadamente a Casa Inteligente, o Ciclo da Energia e um *Quizz* Digital.

Com esta nova área de conteúdos pedagógicos, o Pavilhão da Água passou a reunir, no mesmo espaço, duas áreas fundamentais para a construção de um futuro mais sustentável, que assegure a manutenção dos recursos do planeta, mitigando os efeitos das alterações climáticas. É, por isso, um instrumento fundamental na educação e sensibilização de todos, especialmente dos mais novos, para os temas da sustentabilidade, do ambiente e das alterações climáticas.

Nesta linha orientadora, as atividades de educação ambiental da **Águas e Energia do Porto, EM**, da Porto Ambiente e da Agência de Energia do Porto integram, pela primeira vez, o Plano Integrado de Educação-Ação para a Sustentabilidade do Município do Porto, reforçando a oferta pedagógica dos Centros de Educação para a Sustentabilidade e do Centro de Recolha Oficial

de Animais. O plano pretende contribuir para a literacia ambiental, a aquisição de novas competências e o saber fazer, bem como para a aprendizagem com e na natureza.

3.19. Atividades de educação e sensibilização ambiental obtêm certificação de qualidade e segurança

Em 2022, a **Águas e Energia do Porto, EM**, estabeleceu como objetivo cimeiro implementar, de forma progressiva, um Sistema de Gestão Integrado para a Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os requisitos das normas de referência (ISO 9001, 14001 e 45001), promovendo a criação de valor a todos os seus *stakeholders*.

Este projeto iniciou-se nesse mesmo ano com a candidatura à certificação de qualidade e segurança da gestão das atividades de educação e sensibilização ambiental. Durante a primeira metade de 2023, a empresa concretizou as medidas de correção apontadas na auditoria interna de dezembro de 2022, tendo as auditorias internas seguintes decorrido em março e maio. O processo culminou com a atribuição do certificado por parte da APCER, entidade certificadora.

3.20. Renovação do Estatuto Inovadora COTEC

Pelo segundo ano consecutivo, a **Águas e Energia do Porto, EM**, foi distinguida com o Estatuto Inovadora COTEC, como reconhecimento da capacidade de inovação e de criação de valor para o país. A COTEC Portugal sublinhou o “*excepcional desempenho da empresa, da gestão do sistema e das suas equipas neste âmbito*”.

Este prémio é atribuído anualmente em reconhecimento às empresas que aliam elevados padrões de estabilidade financeira e eficiência operacional com potencial de inovação tecnológica, de modo a gerar crescimento robusto, rentável e recorrente. Fruto de uma parceria com o sector financeiro, o Estatuto Inovadora COTEC enaltece o desempenho das empresas que se distinguem pelo seu investimento em inovação, robustez financeira e prestação económica. Este galardão é uma marca que reforça a reputação e prestígio das empresas e permite aceder a condições de financiamento mais favoráveis junto do sector financeiro.

De sublinhar que a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem vindo a apostar na melhoria contínua das suas redes e sistemas, através da conceção e desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, desde a Plataforma Tecnológica de Gestão do Ciclo Urbano da Água (H2Porto), correspondente a um *digital twin*, até à plataforma preditiva H2Leaks, que, com base em algoritmos de inteligência artificial, antecipa a identificação de roturas e fugas de água e consequente intervenção nas condutas que requerem intervenção urgente.

3.21. Plano de Igualdade de Género atualizado para o triénio 2023-2025

Apesar de a igualdade de género ser um direito fundamental expressamente consagrado na Constituição da República Portuguesa (Artigo 13.º – Princípio da Igualdade), ainda persistem as desigualdades inerentes ao papel do homem e da mulher no que respeita aos seus direitos, responsabilidades e oportunidades. Perante esta realidade, a igualdade de género afigura-se como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas, que procura mobilizar esforços globais para um conjunto de objetivos e metas comuns.

Ciente do seu papel na Agenda 2030 e neste ODS em específico, a **Águas e Energia do Porto, EM**, procedeu à atualização do seu Plano de Igualdade de Género para o período entre 2023 e 2025. Desta forma, a empresa assume compromissos neste domínio em cinco eixos de intervenção:

- Promoção da igualdade no acesso ao emprego;
- Promoção da igualdade nas condições de trabalho (remuneração, desenvolvimento e progressão de carreira);
- Proteção da parentalidade e assistência à família;
- Promoção da conciliação da vida pessoal com a vida profissional;
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

3.2.2. Iniciativas de bem-estar dirigidas aos colaboradores

Com o objetivo de promover o bem-estar dos seus colaboradores, a **Águas e Energia do Porto, EM**, promoveu um conjunto de iniciativas de *team building* durante a primeira metade de 2023. Estas iniciativas contaram com um total de 1 628 participações e potenciaram sobretudo o convívio e a comunicação entre os colaboradores, fundamentais para um ambiente de trabalho pautado pelo diálogo, cooperação e entreajuda.

As atividades iniciaram-se com a partilha de boas práticas de consumo de água e oferta de uma garrafa reutilizável, no Dia Mundial da Água, e continuaram a fazer-se notar em várias datas temáticas ao longo do semestre:

- **Páscoa:** caça aos ovos em equipa;
- **Semana da Segurança no Trabalho:** *workshop* de *chair massage*, aula de *body balance* e ações de sensibilização sobre a responsabilidade individual em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- **Mês da Energia:** bicicletas que geram “Energia a Pedalar”;
- **Dia da Criança:** atividades para crianças até aos 6 anos (jogos tradicionais, pinturas e insuflável) e entrega de *kit* bebé para nascidos entre 2022 e 2023;
- **São João:** jogos tradicionais, concurso de cartaz e oferta de manjericos.

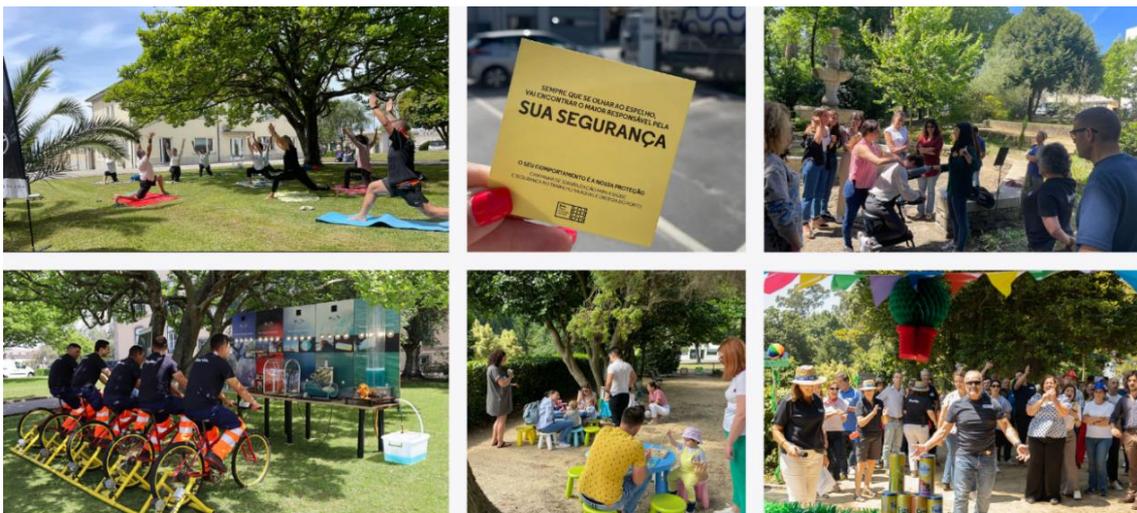


Figura 9 | Iniciativas de bem-estar para os colaboradores

4. Governo da Sociedade

4.1. Objeto Social

A **Águas e Energia do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída, em outubro de 2006, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, que aprovou a Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (entretanto revogada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e esta, subsequentemente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). Rege-se, atualmente, pelos seus Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou dos que sobre ela exercem poderes e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

O objeto social da empresa corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, o que engloba as seguintes áreas de atividades: distribuição de água (sistema em baixa), drenagem e tratamento de águas residuais (sistemas em baixa e em alta), drenagem de águas pluviais, gestão das linhas de água (rios e ribeiras urbanas) e gestão da frente marítima.

A esta área de negócio juntou-se a gestão da energia no universo municipal, após a alteração dos Estatutos da empresa em novembro de 2020. Transversal a ambos os setores é a atividade de promoção da educação ambiental e da sustentabilidade (*Figura 9*).

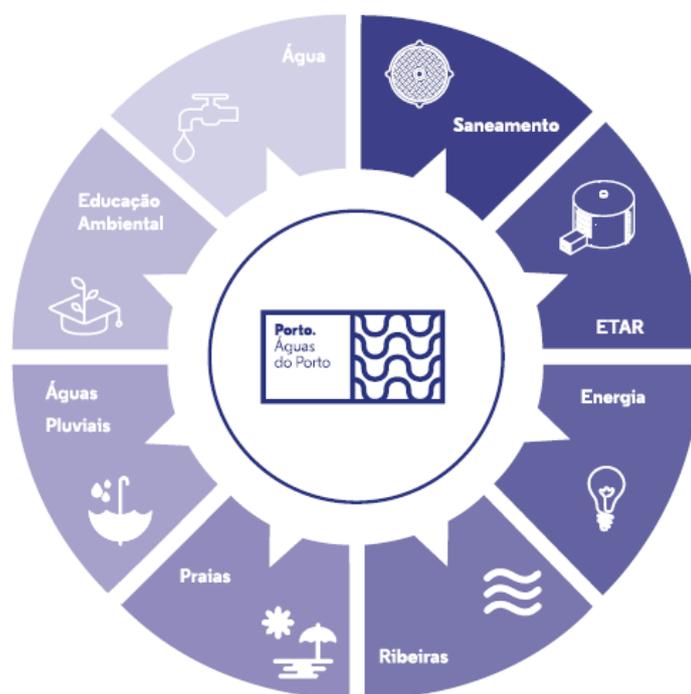


Figura 10 | Áreas de atividade da empresa

Na sequência da alteração estatutária e do alargamento do objeto social, foi formalizado, em 22 de março de 2021, o Contrato-Programa entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, à qual foram atribuídas as competências no setor da energia, nomeadamente:

- Atividades de promoção do desenvolvimento local e regional, tais como a produção de energia elétrica com base em fonte renovável, o fomento de medidas de eficiência energética e a gestão da rede de iluminação pública e da rede camarária de postos de

carregamento de veículos elétricos, enquanto formas de promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e de gestão urbana;

- Atividades de gestão de serviços de interesse geral, em particular a gestão e apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

A primeira incumbência da empresa consiste na concretização e monitorização da estratégia energética municipal integrada, que incide em sete áreas de atividade, tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência operacional, a disponibilização de uma oferta integrada de serviços, o combate à pobreza energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (Figura 10).

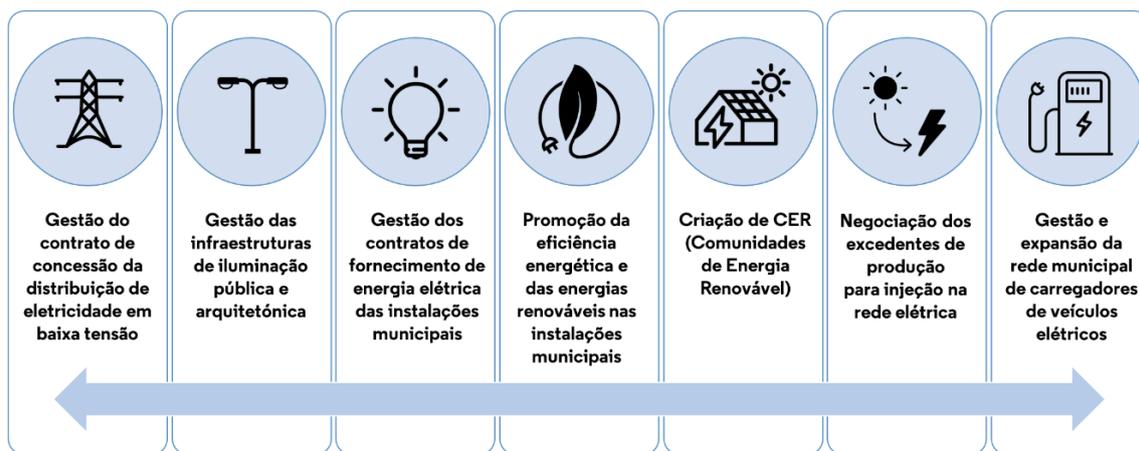


Figura 11 | Principais atividades no domínio da energia

Em abril de 2022, ocorreu a celebração do Contrato-Programa entre o Município do Porto e a **Águas e Energia do Porto, EM**, para a delegação de competências na gestão das praias. A experiência acumulada na gestão da frente marítima, bem como a forte presença nesta zona durante a época balnear, devido à implementação do Programa Bandeira Azul, confirmaram que a empresa dispõe de uma posição estratégica para assumir a agregação da gestão das praias e das áreas adjacentes (à cota baixa).

Desta forma, a Câmara Municipal do Porto delegou na **Águas e Energia do Porto, EM**, um conjunto de competências, entre as quais se destacam:

- O licenciamento e autorização para o fornecimento de bens e serviços e a prática de atividades desportivas e recreativas à cota baixa (exclui-se a venda ambulante);
- O licenciamento e autorização de infraestruturas e equipamentos, apoios balneares e apoios de praia temporários (ocupações inferiores a um ano);
- A gestão do processo administrativo e pagamento de pedidos de indemnização (acidentes, litígios com concessionários, entre outros) à cota baixa;
- A liquidação e cobrança de todas as taxas e tarifas devidas pelo exercício das competências previstas anteriormente;
- A fiscalização dos equipamentos e infraestruturas da frente marítima e comunicação às autoridades competentes das situações que carecem de reparação e manutenção;
- A realização de intervenções de manutenção e reparação em equipamentos de apoio à circulação pedonal, incluindo passadiços/pavimentos existentes à cota baixa, bem como acessos à areia (exceto nas zonas que não constituam águas balneares designadas);

- A realização de intervenções de manutenção e reparação em muretes e túneis de acesso à praia, por forma a garantir a segurança dos utentes das praias (excluindo ações de estabilização e contenção dos fenómenos de erosão costeira ou de danos provocados pela ação mar/galgamento costeiro).

4.2. Orientações Estratégicas

4.2.1. Missão, Visão e Valores

A gestão estratégica da **Águas e Energia do Porto, EM**, está alicerçada num conjunto de princípios orientadores que se traduzem na sua missão, visão e valores, representando as aspirações e diretrizes seguidas pela empresa (*Figura 11*).



Figura 12 | Missão, visão e valores

A missão da **Águas e Energia do Porto, EM**, traduz-se em diferentes contribuições para os principais grupos de *stakeholders* que constam na tabela seguinte.

Tabela 5 | Contribuições para os grupos de stakeholders

Acionista	Orientar a operação à sustentabilidade ambiental e económico-financeira
	Assegurar a gestão eficiente dos ativos que o acionista coloca sob gestão da empresa
	Promover a satisfação dos demais <i>stakeholders</i>
	Fazer da água e energia fatores de afirmação da cidade
Clientes	Garantir a qualidade, acessibilidade e transparência dos produtos e serviços que os clientes adquirem à empresa
	Prestar um serviço de excelência
Colaboradores	Promover o desenvolvimento dos colaboradores, aproveitando o seu potencial e talento
	Reconhecer o mérito e o desempenho diferenciado
	Contribuir para a realização pessoal dos colaboradores pelas oportunidades de realizarem um trabalho com significado
Comunidade	Gerar confiança e segurança através das melhores práticas ambientais na gestão da água e energia
	Valorizar a estrutura hídrica da cidade, através da gestão integrada do ciclo urbano da água
	Incentivar e disseminar o conhecimento sobre a água e energia
Entidades da cidade e do ambiente	Cooperar com entidades municipais, nacionais e internacionais, em matéria de sustentabilidade hídrica e energética
	Cumprir normas e atingir metas nacionais e internacionais, através da implementação de boas práticas

4.2.2. Objetivos Estratégicos

Com base na metodologia do Balanced Scorecard, e tendo como desiderato o alinhamento das ações operacionais com o planeamento estratégico, a atividade da Águas e Energia do Porto, EM, assenta no Mapa Estratégico enquanto ferramenta que facilita a visualização da estratégia da empresa e explicita a os seus mecanismos de boa gestão. De acordo com a Figura 12, o Mapa Estratégico em vigor encontra-se estruturado quatro orientações estratégicas e em dez objetivos estratégicos, sendo estes últimos enquadrados em quatro perspetivas.

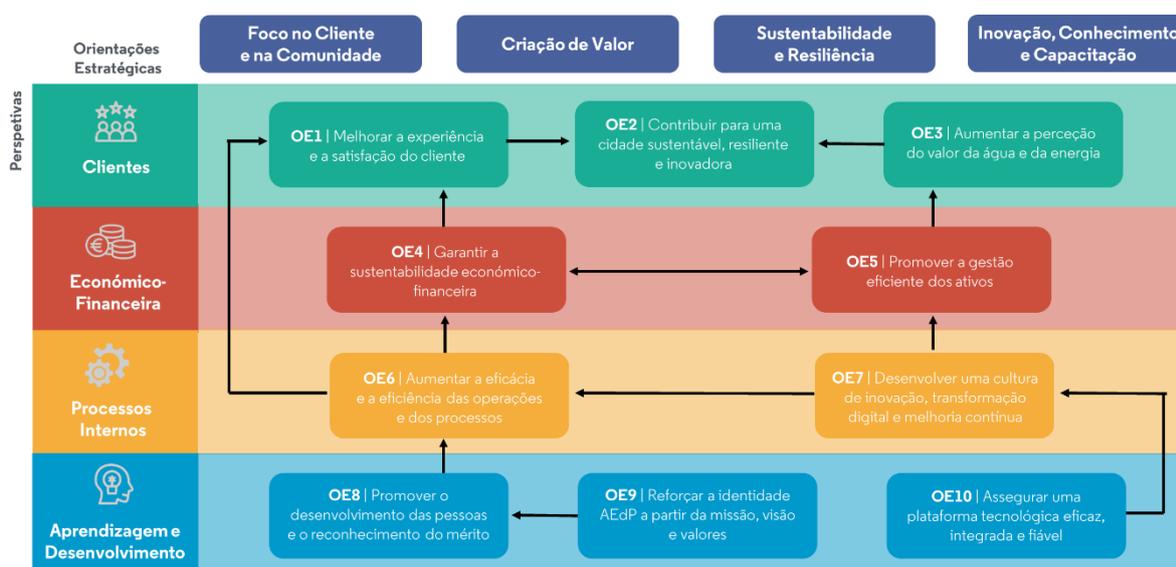


Figura 13 | Mapa Estratégico

Como o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas e Energia do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na satisfação das suas necessidades e na antecipação das suas expectativas. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela Perspetiva Cientes, sendo as outras três perspetivas interpretadas como suas potenciadoras.

De realçar que o conceito “*Cliente*” não se cinge aos clientes com contrato ativo, encerrando, em si mesmo, a comunidade como um todo (população residente, população flutuante e turistas), designadamente quando se coloca em perspetiva a gestão das linhas de água e da frente marítima, assim como a promoção da educação ambiental, em especial no que respeita aos recursos hídricos, e da participação pública.

4.2.3. Monitorização e Execução da Estratégia

O Balanced Scorecard da **Águas e Energia do Porto, EM**, corresponde ao mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo a análise mensal do seu nível de cumprimento e a apresentação de ações para corrigir os eventuais desvios. Em 2023, a empresa encontra-se a monitorizar 61 indicadores estratégicos com diferentes periodicidades (mensal, trimestral e semestral), aos quais se juntaram 194 indicadores operacionais, perfazendo um total de 255 métricas.

Em simultâneo, a monitorização da execução da estratégia desdobra-se também num conjunto de projetos estruturantes, sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente de acordo com as boas práticas de gestão de projetos implementadas na empresa

4.3. Estrutura de Capital

O capital social ascende a 80 000 000 € e é detido, na sua totalidade, pelo Município do Porto. Através do contrato de sociedade, vertido nos Estatutos, o Município do Porto delegou na **Águas e Energia do Porto, EM**, todos os poderes necessários para o cumprimento do seu objeto social, aprova anualmente as tarifas e tem conhecimento dos documentos de prestação de contas, como é o caso do Relatório e Contas, e dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio a curto e médio prazo.

4.4. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da **Águas e Energia do Porto, EM**, de acordo com o artigo 5.º dos seus Estatutos, são compostos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único. O Município do Porto assegura supremacia do interesse público mediante o exercício de poderes de tutela estabelecidos na legislação aplicável. O mandato dos titulares dos órgãos estatutários é coincidente com o mandato dos órgãos autárquicos. Os órgãos sociais da empresa, eleitos para o mandato 2021-2025, são os que constam das tabelas seguintes.

Tabela 6 | Composição da Mesa da Assembleia Geral

Órgão	Mandato (início – fim)	Cargo	Titular	Designação	
				Forma	Data
Assembleia Geral	2021- 2025	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva	DUE	22/11/2021
	2021- 2025	Primeiro Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira	DUE	22/11/2021
	2021- 2025	Segundo Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro	DUE	22/11/2021

DUE – Deliberação Unânime por Escrito

Representante do acionista (Município do Porto) na Assembleia Geral: Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca – desde 30/05/2022

Tabela 7 | Composição do Conselho de Administração

Órgão	Mandato (início – fim)	Cargo	Titular	Designação	
				Forma	Data
Conselho de Administração	2021- 2025	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo	DUE	22/11/2021
	2021-2025	Administradora Executiva	Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses	DUE	22/11/2021
	2021-2025	Administrador Executivo	Ruben Gabriel Teixeira Fernandes	DUE	01/12/2021

DUE – Deliberação Unânime por Escrito

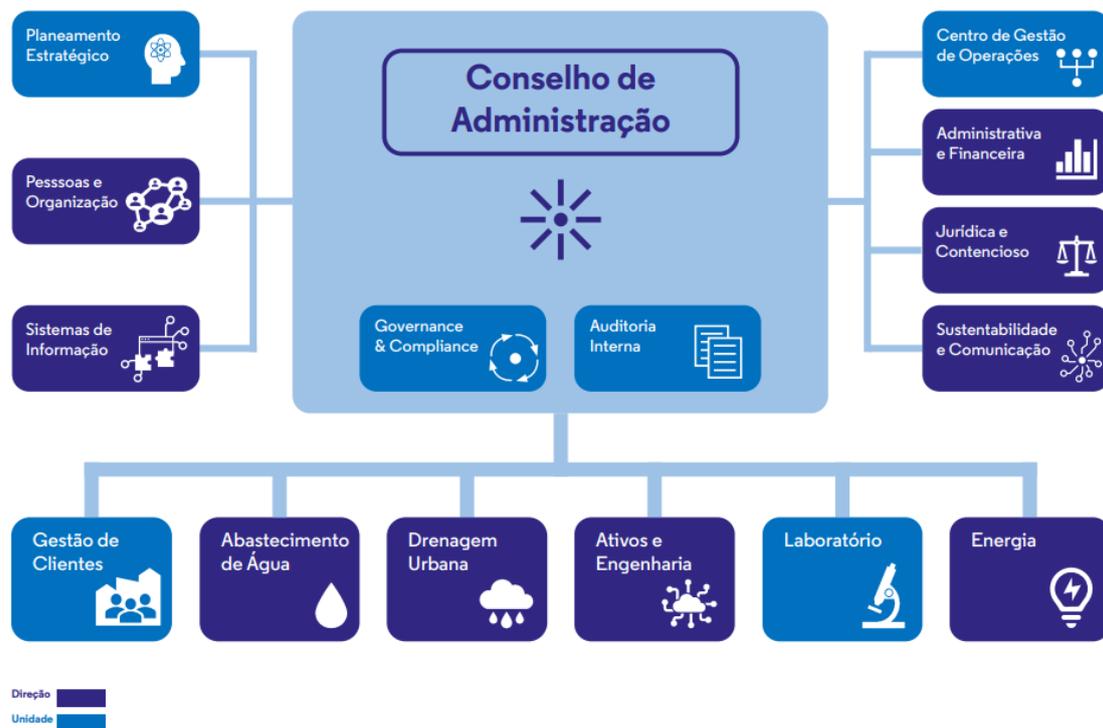
Tabela 8 | Composição do Órgão de Fiscalização

Órgão	Mandato (início - fim)	Cargo	Titular	Designação	
				Forma	Data
Fiscal Único	2021 – 2025	Fiscal Único	RSM & Associados - S.R.O.C, Lda., representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo	AM	12/09/2022

AM – Assembleia Municipal

4.5. Estrutura Organizacional

A macroestrutura vigente na **Águas e Energia do Porto, EM**, com reporte direto ao Conselho de Administração, é a que se apresenta no organograma da Figura 14, dividindo-se em nove direções e seis unidades.

**Figura 14 | Organograma**

Constituem-se áreas de negócio a Direção de Abastecimento de Água, a Direção de Drenagem Urbana, a Direção de Ativos e Engenharia, a Direção de Energia, a Unidade de Gestão de Clientes e a Unidade Laboratório. Nas áreas de suporte, incluem-se a Direção de Sistemas de Informação, a Direção Administrativa e Financeira, a Direção Jurídica e de Contencioso, a Direção de Pessoas e Organização, a Direção de Sustentabilidade e Comunicação, a Unidade de Planeamento Estratégico e a Unidade Centro de Gestão de Operações. Por último, a Unidade *Governance & Compliance* e a Unidade *Auditoria Interna* enquadram-se nas áreas funcionais de *staff*.

5. Investimento

5.1. Execução do Plano de Investimentos

Tal como detalhado na Tabela 9, o investimento global concretizado pela **Águas e Energia do Porto, EM**, situou-se em 5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2023, representando 28,9% do valor orçamentado para o Plano de Investimentos a executar no presente ano, de acordo com o previsto nos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) 2023-2025.

Tabela 9 | Investimentos executados no primeiro semestre de 2023

Áreas de Atividade	Valor Orçamentado (€)	Valor Executado (€)	Taxa de Execução (%)
Abastecimento de água	3 702 964,00	1 204 205,20	32,5
Drenagem e tratamento de águas residuais	6 587 922,00	1 513 003,68	23,0
Drenagem de águas pluviais	6 754 684,00	1 877 977,87	27,8
Edifícios e outras construções	1 432 665,00	728 614,65	50,9
Sistemas de informação	1 095 809,00	198 926,36	18,2
Outros investimentos	158 852,00	186 145,13	117,2
Total	19 732 896,00	5 708 872,88	28,9

“Outros investimentos” e “Edifícios e outras construções” são as rubricas com uma maior taxa de execução face ao montante orçamentado para 2023, tendo a empresa já investido 117,2% e 50,9%, respetivamente, dos valores planeados. Seguem-se os investimentos consignados em sede de orçamento anual para as áreas de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais, com níveis de execução financeira de 32,5% e 27,8%, respetivamente. Por outro lado, as rubricas referentes aos sistemas de informação e à drenagem e tratamento de águas residuais têm as mais baixas taxas de execução orçamental.

Os investimentos da **Águas e Energia do Porto, EM**, incidiram sobretudo na reabilitação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais. A renovação do edifício da empresa foi, também, foco de atenção. No presente exercício, destacam-se as empreitadas de requalificação da Rua e Travessa da Areosa e da Rua da Levada e das Travessas da Levada e de S. Pedro e de reabilitação do edifício principal e construção do edifício de apoio da Quinta de Baixo, na sede da empresa.

Importa, também, salientar o início de duas novas obras promovidas por um agrupamento de entidades adjudicantes, em conjunto com a GO Porto, EM, (requalificação da Rua do Professor Abílio Cardoso e outras e da Travessa da Maceda e outras), bem como a conclusão e a continuação de empreitadas do Programa Rua Direita, também em lideradas pela GO Porto, EM, que se revelam de grande importância para a gestão das infraestruturas da cidade.

A Tabela 10 resume as obras realizadas pela **Águas e Energia do Porto, EM**, durante a primeira metade deste ano, nas três redes sob a sua gestão. No setor do abastecimento de água, foram construídos 3,39 km de condutas, 289 ramais domiciliários e 9 hidrantes. No que toca à reabilitação da rede de drenagem de águas residuais, verificou-se a instalação de 0,88 km de coletores, 213 ramais e 112 CRL (câmaras de ramal de ligação). Por último, na área das águas pluviais, foram construídos 1,55 km de coletores e 136 ramais.

Tabela 10 | Empreitadas de água, águas residuais e águas pluviais executadas no primeiro semestre de 2023

	Ampliação	Substituição	Total
Abastecimento de Água			
Conduatas (km)	0,19	3,20	3,39
Ramais (un.)	245	44	289
Hidrantes (un.)	1	8	9
Saneamento de Águas Residuais			
Coletores (km)	0,07	0,80	0,88
Ramais (un.)	123	91	213
CRL (un.)	54	58	112
Drenagem de Águas Pluviais			
Coletores (km)	0,10	1,45	1,55
Ramais (un.)	85	51	136

5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional

5.2.1. Candidaturas Aprovadas

No final do primeiro semestre de 2023, a **Águas e Energia do Porto, EM**, contava com catorze candidaturas com financiamento externo aprovado, dez delas com fundos comunitários e quatro com fundos nacionais. Neste período, foi garantida a gestão processual das candidaturas aprovadas, seis das quais com execução em curso, duas com aprovação do relatório final e decisão favorável de encerramento, quatro na fase de encerramento e uma em fase de assinatura do contrato de financiamento.

A despesa elegível total inscrita nestas candidaturas perfazia um montante de aproximadamente 9,2 milhões de euros nessa data, sendo o valor da respetiva comparticipação aprovada da ordem dos 7,4 milhões de euros. Até 30 de junho de 2023, a comparticipação recebida pela empresa cifrou-se em aproximadamente 4,8 milhões de euros, dos quais cerca de 121 mil euros foram arrecadados no semestre em análise.

5.2.2. Execução Financeira

Em termos de execução financeira, o quadro seguinte reproduz a comparticipação acumulada recebida pela **Águas e Energia do Porto, EM**, nas candidaturas com financiamento externo aprovado. Do mesmo modo, são apresentados os montantes transferidos para a empresa pelas Autoridades de Gestão apenas durante o primeiro semestre de 2023.

Tabela 11 | Execução financeira das candidaturas com financiamento externo (30.06.2023)

Designação da Operação	Despesa Elegível Aprovada	Taxa de Cofinanciamento	Comparticipação (€)			Taxa de Execução Financeira Global
			Aprovada	Recebida até 30.06.2023	Recebida no 1.º semestre 2023	
POSEUR-03-2012-FC-000041 "Construção do Intercetor do Rio Tinto"	3 700 758,49	85,00%	3 145 644,67	2 741 190,44	0,00	87,14%
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	257 484,60	89,18%	229 622,01	229 622,01	0,00	100,00%
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	205 469,72	84,81%	174 264,49	174 264,49	-384,77	100,00%
POSEUR-03-2012-FC-001263 "Controlo e Redução de Perdas Reais na Rede de Abastecimento de Água do Município do Porto"	1 851 961,55	54,21%	1 003 999,88	950 000,00	0,00	94,62%
CEF-TC-2019-2 - Cybersecurity – H2Optimal	292 230,00	75,00%	219 173,00	204 121,91	72 617,91€	93,13%
POCTEP-0092_AQUALITRANS_I_E- Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la depuración y la calidad ambiental de águas a nivel transfronteiriço	102 050,00	75,00%	76 537,50	75 866,04	0,00	99,12%
POCTEP-AQUALITRANS_II_1_E- Sistema de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia, flexibilidad de la demanda y autosuficiencia energética en EDAR	143 394,20	75,00%	107 545,65	0,00	0,00	0,00%
FA- Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela *	421 200,00	75,00%	315 900,00	315 900,00	0,00	100,00%
EEA Grants- SGS#456-Plano de Valorização e Reabilitação Linhas Água Porto	186 756,18	85,00%	158 742,75	33 776,36€	26 944,38€	21,28%
EEA Grants – Asprela + Sustentável	105 264,53	88,49%	93 152,58	1 666,73	0,00	1,79%
Sinatra -Smart Industrial maintenance through Augmented Reality	106 449,43	50,93%	54 212,64	6 694,73	0,00	12,35%
FA -Aviso n.º 11192/20213.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública	24 000,00	50,00%	12 000,00€	0,00	0,00	0,00%
FA- Virus4Health	17 032,00	100,00%	17 032,00	17 032,00	0,00	100%
HORIZONTE EUROPA - Ascend-Accelerate positive Clean ENergy Districts	90 468,75	70,00%	63 328,00	22 164,80	22 164,80	35,00%
PRR - Reabilitação Urbana de Azevedo Campanhã ("Azevedo ComVida")	1 620 000,00	100%	1 620 000,00	0,00	0,00	0,00%
PRR - Água – Fonte de Vida das Futuras Gerações	125 300,00	100%	125 300,00	0,00	0,00	0,00%
Total	9 249 819,45		7 416 455,17	4 772 299,51	121 342,32	64,35%

Demonstrações Financeiras

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro A – Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		30.06.2023	30.06.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	167 979 534,64	162 713 025,31
Ativos intangíveis	8	631 260,83	517 018,84
Outros investimentos financeiros		120 879,74	97 945,46
Ativos por impostos diferidos	17.2	643 269,47	445 920,43
		169 374 944,68	163 773 910,04
Ativo corrente			
Inventários	12	540 607,26	286 154,46
Clientes	11.1;19.1	3 888 859,89	3 274 266,11
Estado e outros entes públicos	17;19.3	370 690,26	71 630,94
Outros créditos a receber	19.4	11 725 245,08	12 694 595,02
Diferimentos	22.2.1	357 145,97	371 741,82
Caixa e depósitos bancários	5	7 465 269,60	7 789 957,77
		24 347 818,06	24 488 346,12
Total do ativo		193 722 762,74	188 262 256,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	7; 19.5	80 000 000,00	80 000 000,00
Reservas legais	Quadro C; 19.5	5 839 166,45	5 181 457,29
Resultados transitados	Quadro C; 19.5	42 349 365,02	36 429 982,61
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Quadro C; 15	20 153 080,01	21 275 728,76
		148 341 611,48	142 887 168,66
Resultado líquido do período	Quadro B	3 546 481,10	3 347 984,96
Total do capital próprio		151 888 092,58	146 235 153,62
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14.1	2 137 673,33	2 815 880,33
Financiamentos obtidos		2 361 111,06	2 694 444,42
Outras dívidas a pagar - Impostos relacionados com subsídios	15.2; 17.2	5 799 506,72	6 125 437,07
		10 298 291,11	11 635 761,82
Passivo corrente			
Fornecedores	19.2	3 233 463,96	3 005 525,93
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	1 925 743,35	2 031 578,60
Financiamentos obtidos		335 860,59	305 555,58
Outras dívidas a pagar	19.4	17 037 573,83	16 898 244,98
Diferimentos	22.2.2	9 003 737,32	8 150 435,63
		31 536 379,05	30 391 340,72
Total do passivo		41 834 670,16	42 027 102,54
Total do capital próprio e do passivo		193 722 762,74	188 262 256,16

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro B – Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Vendas e serviços prestados	13.1	25 493 634,11	22 974 988,44
Subsídios à exploração		812 958,60	696 928,49
Trabalhos para a própria entidade		109 280,65	55 402,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-5 631 725,58	-5 020 632,27
Fornecimentos e serviços externos	22.3.1	-4 521 604,33	-4 338 998,78
Gastos com o pessoal	20	-8 033 650,75	-6 993 218,15
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		4 452,32	1 576,87
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1	-204 413,26	-108 731,98
Provisões (aumentos/ reduções)	14.1	-9 933,20	15 115,72
Outros rendimentos	13.2	2 123 845,97	1 851 524,67
Outros gastos	22.3.2	-559 253,68	-63 266,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 583 590,85	9 070 689,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8; 9	-4 949 854,70	-4 642 620,41
Imparidades de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		8 102,50	8 102,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 641 838,65	4 436 171,15
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	109 828,95	92 870,95
Juros e gastos similares suportados		-39 960,59	-9 200,00
Resultado antes de impostos		4 711 707,01	4 519 842,10
Imposto sobre o rendimento do período	17.3; 17.4	-1 165 225,91	-1 171 857,14
Resultado líquido do período		3 546 481,10	3 347 984,96
Resultado por ação (Resultado Líquido/Capital Subscrito)		0,044	0,042

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro C – Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2022	80 000 000,00	4 823 011,21	33 203 967,91	21 833 535,75	3 584 460,78	143 444 975,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						0,00
Diferença de conversão de demonstrações financeiras						0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						0,00
Subsídios recebidos para investimento				0,00		0,00
Reconhecimento no período				-719 750,92		-719 750,92
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - imposto relacionado com subsídios e outras				161 943,93		161 943,93
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado	0,00	358 446,08	3 226 014,70		-3 584 460,78	0,00
	0,00	358 446,08	3 226 014,70	-557 806,99	-3 584 460,78	-557 806,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3 347 984,96	3 347 984,96
RESULTADO INTEGRAL					3 347 984,96	3 347 984,96
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Subscrições de capital						0,00
Distribuições						0,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim de 30 de junho de 2022	80 000 000,00	5 181 457,29	36 429 982,61	21 275 728,76	3 347 984,96	146 235 153,62

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2023	80 000 000,00	5 181 457,29	36 429 982,61	20 706 241,86	6 577 091,57	148 894 773,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00
Diferença de conversão de demonstrações financeiras						0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						0,00
Subsídios recebidos para investimento				0,00		0,00
Reconhecimento no período				-713 757,22		-713 757,22
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - imposto relacionado com subsídios e outras				160 595,37		160 595,37
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado	0,00	657 709,16	5 919 382,41		-6 577 091,57	0,00
	0,00	657 709,16	5 919 382,41	-553 161,85	-6 577 091,57	-553 161,85
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3 546 481,10	3 546 481,10
RESULTADO INTEGRAL					3 546 481,10	3 546 481,10
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Subscrições de capital						0,00
Subscrições de prémios de emissão						0,00
Distribuições						0,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim de 30 de junho de 2023	80 000 000,00	5 839 166,45	42 349 365,02	20 153 080,01	3 546 481,10	151 888 092,58

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro D – Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		27 691 937,73	26 617 600,32
Pagamentos a fornecedores	19.3	-12 325 578,78	-11 239 839,34
Pagamentos ao pessoal		-7 269 654,01	-6 379 227,74
Caixa gerada pelas operações		8 096 704,94	8 998 533,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-740 789,61	-39 990,60
Outros recebimentos/pagamentos		1 650 258,94	-268 193,45
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		9 006 174,27	8 690 349,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 406 840,54	-5 425 173,57
Ativos intangíveis		0,00	
Investimentos Financeiros		-12 375,50	-10 668,78
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	
Subsídios ao investimento		123 143,69	298 859,82
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-11 296 072,35	-5 136 982,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-168 121,96	0,00
Juros e gastos similares		-40 103,71	-9 200,00
Distribuição de resultados ao pessoal		0,00	-169 394,60
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-208 225,67	-178 594,60
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2 498 123,75	3 374 772,06
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	9 963 393,35	4 415 185,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	7 465 269,60	7 789 957,77

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

ANEXO

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto

Objeto social: Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares; definição da estratégia energética municipal integrada, tendo em vista a obtenção de eficiências operacionais, a disponibilização de uma oferta integrada, o combate à pobreza energética e a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, e respetiva monitorização; a gestão dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos consumos próprios e públicos do Município do Porto, monitorização e gestão da utilização energética nas instalações municipais e nas infraestruturas de iluminação pública e arquitetónica; gestão e apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, em que é concedente o Município do Porto; a implementação de projetos de eficiência energética em instalações municipais; a gestão e desenvolvimento da rede de carregadores para veículos elétricos; a construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia renovável na esfera das instalações municipais, tendentes à promoção do autoconsumo; o desenvolvimento de Comunidades Energéticas Renováveis no âmbito geográfico do Município do Porto; a atuação como operador de mercado, transacionando a energia excedente do autoconsumo, incluindo a compra e a venda a grosso e a retalho de eletricidade, desde que devidamente licenciado para o efeito, nos termos da lei geral; acessoriamente, a empresa poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal do Porto.

Sede da empresa-mãe: Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A **Águas e Energia do Porto, EM**, foi constituída em 24 de outubro de 2006, tendo adotado a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, embora sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto.

Na sequência de alterações ulteriores, o âmbito de atuação da empresa foi, a partir de 30 de março de 2007, alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Em 30 de março de 2009, procedeu-se a uma nova alteração estatutária, tendo sido delegados na empresa os poderes de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, das dívidas referentes a fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e outros serviços que se integrem no objeto social da empresa e que possam ser cobrados através daquele processo, assim como se procedeu à alteração da sigla de “EM” para “EEM”, em cumprimento da Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro.

Cumprindo o disposto no n.º 1 do artigo 70º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, os estatutos foram novamente alterados, tendo sido aprovados na reunião de Câmara de 29 de janeiro de 2013 e na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2013. Assim, a empresa passou a denominar-se CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM.

Na reunião de 14 de setembro de 2020 da Assembleia Municipal, foi aprovada nova alteração aos estatutos, tendo os mesmos passado a integrar as atividades relacionadas com a área da energia, passando a empresa a denominar-se CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas, os Avisos e as Portarias, com as alterações introduzidas através do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitados os diversos princípios contabilísticos, definidos na estrutura conceptual do SNC, dos quais se destacam: a continuidade das operações da empresa, o regime de acréscimo (periodização económica), a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade e representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

4. Principais Políticas Contabilísticas

4.1. Base de Mensuração Utilizadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF implicam que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos com implicações nas políticas contabilísticas da empresa, os quais têm por base a experiência histórica e as circunstâncias subjacentes às operações objeto de relevação contabilística.

Adicionalmente, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis superiores a um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

O Euro (€) é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

4.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Ativos Intangíveis e Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis estão mensurados segundo o modelo de custo deduzido das amortizações e depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com a NCRF 7, foi efetuada a desagregação das ETAR do Freixo e Sobreiras por componentes, por se tratar de ativos fixos compostos, cujos componentes depreciáveis têm diferentes vidas úteis. Aquando da transição para o SNC, as depreciações foram ajustadas de acordo com as vidas úteis remanescentes de cada componente, assim como foi ajustado o reconhecimento dos subsídios obtidos respetivos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos fixos tangíveis. As despesas habituais com reparação e manutenção dos ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações do ano foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas abaixo indicadas, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente da vida útil implícita nas taxas do diploma:

Ativos intangíveis

Programas de computadores – 16,67% - 33,33%

Ativos fixos tangíveis

Edifícios e outras construções – 2,00% - 12,50%

Equipamento básico – 2,29% - 33,00%

Equipamento de transporte – 10,00% - 25,00%

Ferramentas e utensílios – 10,00% - 25,00%

Equipamento administrativo – 10% - 33,33%

Outros ativos fixos tangíveis – 33,33%

Bens de valor reduzido – 100,00%

A vida útil das redes de água e saneamento está em consonância com o estudo dos ativos da empresa, levado a cabo pela SIGHT - Consultores de Gestão, SA, em 07 de dezembro de 2005, e que serviram de base à valorização de ativos entregues pelo Município do Porto, aquando da **constituição da Águas e Energia do Porto, EM.**

b) Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, em conformidade com a NCRF 18, adotando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Adicionalmente, são registados os ajustamentos que se afigurarem necessários para garantir que o custo é inferior ao valor líquido de realização.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal que corresponde ao seu justo valor.

Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

d) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários inclui ativos de elevada liquidez, com maturidades até seis meses, mobilizáveis a todo o tempo.

e) Imparidades de Dívidas a Receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas através do critério definido no n.º 1 e n.º 2 do artigo 28.º-B do CIRC (Código sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), tendo-se considerado que o conceito de reclamação judicial que integra a norma fiscal é compatível com o conceito de execução fiscal nos termos do Código do Procedimento e Processo Tributário.

f) Locações

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. Deste modo, o custo dos ativos é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade no passivo.

Os juros incluídos nas rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Relativamente às locações operacionais, os encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que correspondem, em conformidade com o disposto na NCRF 9.

g) Impostos Correntes, Diferidos e Implícitos nos Subsídios ao Investimento

A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87.º - A do CIRC, e a tributação autónoma aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo dos impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico das rubricas das demonstrações financeiras e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, têm por base os subsídios ao investimento obtidos e são reconhecidos no passivo aquando da relevação contabilística dos subsídios no capital próprio. Periodicamente são revertidos para a rubrica correspondente no capital próprio, de acordo com o ritmo de reconhecimento dos subsídios na demonstração dos resultados. (Ver alínea I).

h) Provisões

A **Águas e Energia do Porto, EM**, analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento ou de divulgação seguem a NCRF 21.

Relativamente a responsabilidades para com ex-trabalhadores conforme referido na Nota 14.1., o resultado da avaliação actuarial é refletido em gastos ou em reversões do período, na rubrica de Provisões. Os valores pagos, conforme indicado pela CGA e pela Unidade de Gestão de Pessoas da empresa, são debitados na conta de Provisões no Passivo.

i) Regime do Acréscimo

Na especialização do período, os réditos e os gastos são reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

j) Benefícios de Empregados

Os benefícios dos empregados incluem apenas benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao 1.º semestre de 2023.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem os gastos referentes a funcionários em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde presta funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

k) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes, após a data das demonstrações financeiras que dão informação adicional sobre condições que existam nessa data, são refletidos nestas. Caso existam eventos materialmente relevantes após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam em 30 de junho de 2023, são os mesmos objeto de divulgação no anexo.

l) Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

m) Ramais de Água, Saneamento e Águas Pluviais

Os rendimentos obtidos relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais são reconhecidos na rubrica de diferimentos do passivo e são reconhecidos periodicamente na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

4.3. Principais Pressupostos, Julgamentos e Estimativas

Os principais pressupostos, julgamentos e estimativas utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos e das NCRF foram os seguintes:

- a) Vida útil subjacente às amortizações e depreciações de ativos não correntes;
- b) Imparidades relativas a inventários, clientes e ativos fixos tangíveis;
- c) Provisões para processos judiciais em curso, cujo julgamento foi conjugado pela informação prestada pelo departamento jurídico interno e por consultoria jurídica externa;
- d) Provisões para responsabilidades atuariais, não relacionadas com benefícios de empregados de médio e longo prazo, cujo julgamento foi conjugado por estudo atuarial efetuado por entidade externa especializada.

4.4. Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração quaisquer situações que possam colocar em causa a continuidade das operações da empresa.

4.5. Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se descritas no Ponto 4.3.

5. Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e depósitos bancários, reconciliando os montantes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) com as rubricas do Balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme a seguir se apresenta:

	30.06.2023	30.06.2022
Caixa	7 268,73	24 102,46
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	7 458 000,87	7 515 855,31
Outras Disponibilidades – Depósitos a Curto Prazo	0,00	250 000,00
Total	7 465 269,60	7 789 957,77

Conforme Nota 19.4, parte das garantias dadas pelos fornecedores respeita a reforços da garantia inicial, efetuados mediante retenção no momento do pagamento. No exercício em análise, o total acumulado de retenções de garantias e depósitos de caução líquidos de restituições ascende a 2 884 477,89€. Este montante não está relevado nas disponibilidades por não se tratar de um depósito bancário disponível para a empresa.

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

Nada de relevante a assinalar.

7. Partes Relacionadas

7.1. Empresa Mãe e Entidades Relacionadas

O capital social ascende a 80 000 000 €, detido a 100% e totalmente realizado em espécie pela Câmara Municipal do Porto, com o NIF 501306099 através da entrega à **Águas e Energia do Porto, EM**, do património líquido dos ex-SMAS do Porto, reportado a 30 de junho de 2006, e de um conjunto de bens imóveis essenciais à atividade da empresa.

7.2. Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) estão apresentadas na Nota 20. Não existem benefícios pós emprego e/ou de médio e longo prazo.

7.3. Saldos entre Partes Relacionadas

Os saldos registados no período com o Grupo Câmara Municipal do Porto (Grupo CMP) são os seguintes:

	Saldos	
	Saldo Devedor	Saldo Credor
CMP	475 368,34	75 095,18
Domus Social	0,00	4 585,51
Ágora	705,04	0,00
GO Porto	0,00	23 965,77
EMAP	1 449,77	5 018 061,64
Porto Vivo	168,61	947,72

8. Ativos Intangíveis

Conforme explicitado na Nota 4.2 alínea a), os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento pelo modelo do custo, que se resume essencialmente ao preço de compra. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Ativo Não Corrente

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de Computadores	1 974 122,55	21 696,00	74 806,61	0,00	2 070 625,16
Propriedade Industrial	2 982,20	0,00		0,00	2 982,20
Direito de Superfície	39 309,97	0,00	0,00	0,00	39 309,97
Investimentos em Curso	94 544,10	142 005,01	-74 806,61	0,00	161 742,50
Total	2 110 958,82	163 701,01	0,00	0,00	2 274 659,83

Amortizações e Depreciações

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Transferências	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de Computadores	1 499 036,08	133 823,54	0,00	0,00	1 632 859,62
Propriedade Industrial	1 217,93	149,12	0,00	0,00	1 367,05
Direito de Superfície	8 386,13	786,20	0,00	0,00	9 172,33
Total	1 508 640,14	134 758,86	0,00	0,00	1 643 399,00
Valor líquido	602 318,68				631 260,83

9. Ativos Fixos Tangíveis

Conforme explicitado na Nota 4.2 alínea a) os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo do custo. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo que reúnam os pressupostos de capitalização, são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorre.

O valor transferido de ativos em curso para as outras contas de ativos fixos tangíveis refere-se às obras cuja produção de benefícios económicos estáveis ocorreu durante o exercício em análise. Inclui, entre outros, obras na rede de abastecimento de água no valor de aproximadamente 8,6 milhões de euros, na rede de águas residuais no valor de aproximadamente 6,9 milhões de euros e na rede de águas pluviais no valor de aproximadamente 3,6 milhões de euros. Inclui ainda as empreitadas terminadas de edifícios e outras construções no montante de cerca de 2,6 milhões de euros, destacando-se o edifício do laboratório de análises e a ampliação do edifício comercial.

O saldo das rubricas “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico” inclui € 4 724 284 relativos ao IMT liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) na sequência de um processo de fiscalização referente à entrega de imóveis para realização do capital em espécie, aquando da sua constituição em 24 de outubro de 2006, o qual é depreciado de acordo com as taxas dos ativos respetivos.

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, a empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial.

Atualmente, a **Águas e Energia do Porto, EM**, mantém um diferendo com a AT uma vez que, na sequência da referida ação inspetiva, a empresa interpôs uma ação administrativa especial com vista a apreciar judicialmente a legitimidade da AT, em desconsiderar a isenção concedida à operação pelos órgãos autárquicos competentes, bem como a interposição de impugnações judiciais às liquidações recebidas. Caso a decisão final seja favorável à **Águas e Energia do Porto, EM**, a devolução do valor pago será acrescida de juros mediante o desconhecimento deste ativo e respetivas depreciações acumuladas, registadas até 2013.

Ativo Não Corrente

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Transferências	Abates	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	23 122 441,90	0,00	0,00	0,00	0,00	23 122 441,90
Edifícios e outras construções	12 904 235,13	0,00	0,00	0,00	0,00	12 904 235,13
Equipamento básico	233 740 162,32	413 822,76	0,00	7 571 647,00	-437 613,88	241 288 018,20
Equipamento de transporte	2 491 200,44	1 832,85	0,00	0,00	0,00	2 493 033,29
Equipamento administrativo	3 720 621,31	65 091,46	0,00	0,00	0,00	3 785 712,77
Outros ativos fixos tangíveis	5 991 603,58	159 708,02	0,00	0,00	0,00	6 151 311,60
Investimentos em curso	11 797 446,21	4 904 716,78	0,00	-7 571 647,00		9 130 515,99
Total	293 767 710,89	5 545 171,87	0,00	0,00	-437 613,88	298 875 268,88

Depreciações

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação / Reversão	Transferências	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e outras construções	2 214 904,36	189 644,96		0,00	2 404 549,32
Equipamento básico	114 083 269,01	4 147 906,43	-385 833,17	0,00	117 845 342,27
Equipamento de transporte	1 596 533,95	76 895,13	0,00	0,00	1 673 429,08
Equipamento administrativo	2 787 595,19	186 537,40	0,00	0,00	2 974 132,59
Outros ativos fixos tangíveis	2 985 517,32	214 111,92	0,00	0,00	3 199 629,24
Total	123 667 819,83	4 815 095,84	-385 833,17	0,00	128 097 082,50
Imparidade Ativos Fixos Tangíveis	2 806 754,24	0,00	-8 102,50		2 798 651,74
Valor líquido	167 293 136,82				167 979 534,64

10. Locações

10.1. Locações Operacionais

Na rubrica de “Rendas e Aluguers” estão incluídos os custos com os contratos de locação operacional, como a seguir se apresenta:

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)	Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
00-UR-27	04/06/2018	03/07/2023	441,69 €	40-UM-58	30/08/2018	29/07/2023	312,18 €
03-UX-01	22/02/2019	21/07/2023	337,89 €	40-UM-75	30/08/2018	29/07/2023	313,64 €
03-UX-24	09/10/2018	08/07/2023	255,78 €	41-UM-34	30/08/2018	29/07/2023	314,06 €
03-UX-51	22/02/2019	21/07/2023	337,89 €	41-UM-80	30/08/2018	29/07/2023	306,05 €
03-UX-59	18/01/2019	17/07/2023	308,15 €	42-UM-35	30/08/2018	29/07/2023	314,40 €
03-UX-76	11/02/2019	10/07/2023	308,95 €	42-UM-48	30/08/2018	29/07/2023	312,12 €
03-UX-80	11/02/2019	10/07/2023	309,23 €	44-VG-60	11/02/2019	10/07/2023	311,95 €
03-UX-98	10/10/2018	09/07/2023	408,91 €	44-VG-70	22/02/2019	21/07/2023	311,16 €
04-UX-06	11/02/2019	10/07/2023	309,23 €	44-VG-79	14/11/2018	13/07/2023	311,10 €
04-UX-09	11/02/2019	10/07/2023	309,23 €	44-VG-83	11/02/2019	10/07/2023	309,39 €
04-UX-36	11/02/2019	10/07/2023	308,95 €	45-VG-00	22/02/2019	21/07/2023	309,94 €
04-UX-58	22/03/2019	21/07/2023	331,21 €	45-VG-26	02/11/2018	01/07/2023	290,66 €
04-UX-91	10/10/2018	09/07/2023	407,31 €	45-VG-46	11/02/2019	10/07/2023	309,39 €
04-ZG-43	04/10/2019	02/07/2023	561,88 €	45-VG-54	22/02/2019	21/07/2023	310,31 €
08-ZP-52	23/12/2019	22/07/2023	549,13 €	45-VG-65	02/11/2018	01/07/2023	290,66 €
09-ZP-69	23/12/2019	22/07/2023	549,13 €	45-VG-75	11/02/2019	10/07/2023	309,71 €
10-UA-84	21/06/2018	20/07/2023	426,03 €	45-VG-82	22/02/2019	21/07/2023	309,95 €
10-UA-89	27/07/2018	26/07/2023	425,64 €	46-VG-20	22/01/2019	21/07/2023	339,22 €
10-VL-86	01/10/2018	31/07/2023	446,35 €	46-VG-41	22/01/2019	21/07/2023	339,22 €
11-VC-83	18/01/2019	17/07/2023	311,73 €	46-VG-45	14/11/2018	13/07/2023	311,10 €
23-UU-57	04/06/2018	03/07/2023	435,65 €	71-SZ-80	04/06/2018	18/07/2023	454,01 €
23-UU-58	04/06/2018	03/07/2023	437,15 €	77-ZF-83	07/10/2019	06/07/2023	468,80 €
23-UU-77	04/06/2018	03/07/2023	435,31 €	78-UO-94	19/07/2018	18/07/2023	398,17 €
24-UL-05	18/07/2018	17/07/2023	253,84 €	79-UO-45	19/07/2018	18/07/2023	398,56 €
24-UL-12	19/07/2018	18/07/2023	289,22 €	79-UO-51	19/07/2018	18/07/2023	398,96 €
24-UL-39	19/07/2018	18/07/2023	256,96 €	79-UO-72	19/07/2018	18/07/2023	396,22 €
24-UL-42	18/07/2018	17/07/2023	296,66 €	84-UP-53	10/05/2018	09/07/2023	614,04 €
24-UL-48	18/07/2018	17/07/2023	255,82 €	87-VX-79	18/01/2019	17/07/2023	259,30 €
24-UL-66	19/07/2018	18/07/2023	254,18 €	87-VX-94	18/01/2019	17/07/2023	259,99 €
28-VB-40	07/12/2018	06/07/2023	280,25 €	90-ZN-67	07/10/2019	26/07/2023	578,70 €
29-VB-32	07/12/2018	06/07/2023	265,83 €	92-UA-95	10/05/2018	09/07/2023	546,89 €
29-VB-72	07/12/2018	06/07/2023	266,49 €	93-UA-13	10/05/2018	09/07/2023	544,05 €
30-VB-17	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	93-UA-14	10/05/2018	09/07/2023	526,29 €
30-VB-20	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	93-UA-15	10/05/2018	09/07/2023	544,83 €
31-VB-13	07/12/2018	06/07/2023	270,13 €	93-UA-72	21/06/2018	20/07/2023	426,76 €
31-VB-38	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	94-UA-42	21/06/2018	20/07/2023	426,76 €
31-VB-39	07/12/2018	06/07/2023	266,49 €	94-UA-43	21/06/2018	20/07/2023	426,03 €
31-VB-55	10/12/2018	09/07/2023	266,71 €	94-UA-44	21/06/2018	20/07/2023	426,03 €
35-UN-73	07/05/2018	06/07/2023	211,45 €	97-UH-10	27/04/2018	26/07/2023	389,57 €
36-VE-63	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	97-UH-77	27/04/2018	26/07/2023	392,65 €
36-VE-84	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	98-UH-09	15/06/2018	14/07/2023	454,44 €
37-VE-46	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	99-UQ-45	04/06/2018	03/07/2023	437,15 €
37-VE-63	07/12/2018	06/07/2023	266,90 €	99-VB-52	11/02/2019	10/07/2023	309,22 €
39-UM-79	30/08/2018	29/07/2023	320,56 €	22-VT-06	30/05/2019	n.a.	390,00 €
40-UM-55	30/08/2018	29/07/2023	312,94 €	11-VC-00	18/01/2019	17/07/2023	310,04 €

11. Imparidade de Ativos

11.1. Em Dívidas a Receber

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes de Cobrança Duvidosa	10 216 087,13	219 065,22	-14 651,96	1 438,64	10 421 939,03
	10 216 087,13	219 065,22	-14 651,96	1 438,64	10 421 939,03

11.2. Em Inventários

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Existências:					
Mercadorias	64 775,93	0,00	-4 452,32	0,00	60 323,61
	64 775,93	0,00	-4 452,32	0,00	60 323,61

12. Inventários

A política contabilística relativa a inventários está apresentada na Nota 4.2 alínea b). O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas do período foi determinado tal como a seguir se apresenta.

As existências finais de mercadorias incluem o valor respeitante às garrafas adquiridas pela empresa no âmbito do programa de alteração comportamental de incentivo ao consumo de água da torneira divulgado na campanha “Beba Água do Porto”, e que se encontram à venda em diversos locais da cidade.

	1.º Semestre 2023		1.º Semestre 2022	
	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	88 537,65	333 377,78	90 243,86	238 443,63
Compras	4 733 549,01	1 114 585,12	4 346 245,05	720 974,44
Regularização existências – débito	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularização existências – crédito	4 335,18	33 057,93	1 204,96	22 220,79
Existências finais	86 009,50	514 921,37	89 495,80	262 353,16
C.M.V.M.C.	4 731 741,98	899 983,60	4 345 788,15	674 844,12
	5 631 725,58		5 020 632,27	

13. Rédito

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

13.1. Vendas e Serviços Prestados

A desagregação das vendas e serviços prestados referentes ao 1.º semestre de 2023 e de 2022 encontram-se apresentados na tabela seguinte.

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Tarifa de disponibilidade de água	3 618 976,68	3 597 526,94
Tarifa de consumo de água	10 843 490,84	10 459 514,62
Tarifa de disponibilidade de saneamento	1 658 470,83	1 431 120,96
Tarifa de saneamento	7 834 097,81	6 218 258,96
Outras vendas	114,70	477,23
Outras prestações de serviços	1 538 483,25	1 268 089,73
Total	25 493 634,11	22 974 988,44

No primeiro semestre de 2023, manteve-se a tendência de crescimento já registada em 2022, tendo sido ultrapassado o consumo registado no período pré pandemia.

A rubrica “Outras prestações de serviços” inclui o montante de 144 821,36 € referente à execução do Contrato de Mandato para a área da energia, celebrado em 19 de agosto de 2021 com a Câmara Municipal do Porto.

13.2. Outros Rendimentos

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Rendimentos suplementares	336 150,07	306 954,89
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	27 935,22	52 854,93
Imputação de subsídios ao investimento	713 757,22	719 750,92
Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio	269 731,95	259 297,99
Taxas de justiça e encargos de penhoras	236 902,82	456 946,84
Descontos p.p. obtidos	0,01	0,00
Outros	539 368,68	55 719,10
Total	2 123 845,97	1 851 524,67

A rubrica “Rendimentos Suplementares” reflete essencialmente a comissão obtida pela empresa com a faturação e cobrança da tarifa de resíduos sólidos urbanos em nome e por conta da EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA, no valor de 222 576,76 €, o rédito do Pavilhão da Água, no montante de 90 684,84 €, e o rédito proveniente de multas e contraordenações, no valor de 22 224,25 €.

O valor registado na rubrica “Imputação de subsídios ao investimento” respeita ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios para investimento, calculado com base na taxa de depreciação dos bens subjacentes.

Na rubrica "Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio" está contabilizado o reconhecimento do valor imputável ao período de acordo com a taxa de depreciação dos ativos respetivos, cujo valor bruto foi registado inicialmente na rubrica “Rendimentos a Reconhecer” (Nota 22.2.2).

A rubrica “Taxas de justiça e encargos de penhoras” reflete o montante recebido em sede de execução fiscal, tendo esta competência sido transferida da Câmara Municipal do Porto para a empresa em abril de 2009.

13.3. Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos nas contas de depósitos bancários, assim como os juros de mora decorrentes de atrasos nos recebimentos de clientes.

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Juros obtidos:		
De depósitos bancários	0,00	0,00
Juros de mora em tribunal	106 201,34	81 302,76
Juros de recebimentos em prestações	2 708,98	2 609,47
Outros juros	918,63	8 958,72
Total	109 828,95	92 870,95

13.4. Subsídios à Exploração

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Contrato Programa Energia	515 243,37	364 022,02
Contrato Programa Praias	270 498,57	283 478,51
Outros	27 216,66	49 427,96
Total	812 958,60	696 928,49

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Provisões

Provisões	Situação Inicial	Reversão	Reforço	Utilização	Transferências	Saldo Final
Processos judiciais em curso	287 004,55	0,00	9 933,20	0,00	0,00	296 937,75
Outras provisões	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00
Responsabilidades atuariais – Acidentes de trabalho e doenças profissionais	380 055,00	0,00	0,00	-9 598,50	0,00	370 456,50
Responsabilidades atuariais	1 337 373,00	0,00	0,00	-117 093,92	0,00	1 220 279,08
Total	2 254 432,55	0,00	9 933,20	-126 692,42	0,00	2 137 673,33

O saldo da rubrica “Processos judiciais em curso” integra a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais em curso, cujo risco foi estimado pela Unidade de Serviços Jurídicos.

A rubrica “Outras provisões” refere-se à estimativa de eventuais responsabilidades a suportar para regularização de processos de expropriação relativos às condutas de captação e distribuição de água em alta ao Grande Porto, já transferidas para a Águas do Douro e Paiva, SA, em 1997 (Nota 19.4).

Os saldos das rubricas “Acidentes de trabalho e doenças profissionais” e “Responsabilidades atuariais” correspondem ao resultado da avaliação atuarial com base nos pressupostos seguintes:

Pressupostos atuariais e financeiros

Data de Referência	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	3,48%	0,88%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	

Grupo Populacional	31/12/2022	31/12/2021	Δ
Responsabilidades por não entrega de descontos no período de 1973-1988	899 616,00	1 314 722,00	-32%
Responsabilidades por acidente/doença profissional (*)	380 055,00	482 656,00	-21%
Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas	80 176,00	90 605,00	-12%
Responsabilidades por falecimentos ao serviço (*)	357 581,00	501 516,00	-29%
Total	1 717 428,00	2 389 499,00	-28%

(*) Inexistência de seguros no mercado à data da ocorrência dos eventos

Estas obrigações decorrem de situações diferenciadas estruturadas em cada grupo populacional estudado:

- Responsabilidade por não entrega de descontos no período de 1973 e 1988

Decorrente desta decisão, a **Águas e Energia do Porto, EM**, tem presentemente de suportar as reformas que a Caixa Geral de Aposentações paga aos ex-trabalhadores da empresa reformados e cujos descontos não foram entregues naquele período.

- Responsabilidade por acidentes/doença profissional e por falecimento ao serviço

Constituem obrigações que a empresa tem, principalmente com ex-trabalhadores, cujo evento que originou a responsabilidade não era segurável na medida em que o mercado não oferecia tais coberturas aos ex-SMAS. Desde 2010 que a empresa dispões de seguros adequados a estes riscos.

- Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas

Em junho de 2014 foi extinta a Caixa de Reformas por acordo celebrado entre a **Águas e Energia do Porto, EM**, e a Direção da Caixa de Reformas, no qual a empresa assumiu a obrigação de pagar a quatro viúvas de ex-trabalhadores.

14.2. Passivos Contingentes Conhecidos à Data do Balanço

Conforme referido na Nota 19.3, existe um diferendo com a Administração Tributária em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas e Energia do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

Em 30 de junho de 2022 existem três ações judiciais em curso relacionadas com a extinção da Caixa de Reformas e três relacionadas com direito laboral, cujo desfecho é atualmente imprevisível.

Em consequência do fim do contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR do Freixo e de Sobreiras, decorreram, até ao ano de 2021, vários processos judiciais de natureza cautelar, que se encontram findos.

De salientar que, no âmbito de um dos processos judiciais de natureza cautelar, findo em 2021, se acordou a suspensão da eficácia do ato administrativo, mediante a prorrogação das garantias prestadas à **Águas e Energia do Porto, EM**, até decisão do Tribunal Arbitral.

Decorre ainda um processo arbitral, iniciado em 2019, no âmbito do qual a Ambiporto 2 – Tratamento de Efluentes, ACE demandou a **Águas e Energia do Porto, EM**, tendo impugnado a decisão de aplicação de penalidades e requerido uma indemnização no valor de aproximadamente 4 200 000 €. Em face desta circunstância, a empresa contestou e requereu, em sede de reconvenção, uma indemnização no valor de aproximadamente 5 500 000 € (valor a que acresce o que se venha a apurar em sede de execução arbitral), sendo o seu desfecho imprevisível.

Assim, a ação arbitral em curso aguarda posteriores desenvolvimentos, sendo, no entanto, firme convicção do Conselho de Administração da **Águas e Energia do Porto, EM**, que o processo em causa terá um desfecho favorável às pretensões da empresa.

15. Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos. Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

15.1. Contratos de Financiamento em Curso

Estes contratos estão apresentados na Tabela 11 do ponto “5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Comunitário e Nacional do Relatório de Atividades.

15.2. Subsídios Reconhecidos no Período e a Reconhecer em Períodos Subsequentes

1.º Semestre 2023	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento Ano	Saldo Rubrica
Rubrica				
Fundo de Coesão	9 984 354,65	8 479 548,00	122 194,34	1 382 612,31
ETAR do Freixo	17 191 723,93	8 749 174,00	144 807,80	8 297 742,13
ETAR de Sobreiras	7 040 606,42	3 547 819,00	57 590,76	3 435 196,66
Outros subsídios do Governo	506 039,05	506 039,00	0,00	0,05
IFDR – Reconhecimento	19 154 269,49	6 155 069,38	389 164,32	12 610 035,79
Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	50 000,00	0,00	0,00	50 000,00
	53 926 993,54	27 437 649,38	713 757,22	25 775 586,94
Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2)				-5 799 506,72
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				19 976 080,22

	31/12/2022	Aumento	Reconhecimento	30/06/2023
Impostos relacionados com subsídios	5 960 102,08	0,00	160 595,36	5 799 506,72

1.º Semestre 2022	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento Ano	Saldo Rubrica
Rubrica				
Fundo de Coesão	9 984 354,65	8 233 198,46	122 129,67	1 629 026,52
ETAR do Freixo	17 191 723,93	8 457 157,37	144 807,80	8 589 758,76
ETAR de Sobreiras	7 040 606,42	3 420 320,46	63 225,71	3 557 060,25
Outros subsídios do Governo	506 039,05	506 039,05	0,00	0,00
IFDR – Reconhecimento	18 827 955,01	5 366 361,37	389 587,74	13 072 005,90
Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	376 314,41	0,00	0,00	376 314,41
	53 926 993,47	25 983 076,71	719 750,92	27 224 165,84
Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2)				-6 125 437,07
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				21 098 728,77

	31/12/2021	Aumento	Reconhecimento	30/06/2022
Impostos relacionados com subsídios	6 287 381,01	0,00	161 943,94	6 125 437,07

16. Acontecimentos Após a Data do Balanço

16.2. Eventos Subsequentes

Nada a assinalar.

17. Impostos sobre o Rendimento

17.1. Impostos Correntes

- A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado acresce a derrama municipal sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87.º-A do CIRC, assim como a tributação autónoma aplicável.
- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 poderão ainda ser sujeitas a revisão, sendo que o Conselho de Administração tem a firme convicção que, em resultado das inspeções, não existirão efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2023.

17.2. Resumo dos Impostos Correntes e Diferidos do Período

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Imposto estimado para o período	1 150 580,41	1 153 217,98
Imposto diferido	14 645,50	18 639,16
Imposto sobre o rendimento do período	1 165 225,91	1 171 857,14

Os ativos por impostos diferidos apresentados no Balanço têm a seguinte composição:

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Clientes	11 820,67	0,00	-11 820,67	0,00
Inventários	14 574,58	0,00	-1 001,77	13 572,81
Ativos fixos tangíveis	631 519,72	0,00	-1 823,06	629 696,66
	657 914,97	0,00	-14 645,50	643 269,47

17.3. Reconciliação Entre a Taxa Nominal e a Taxa Efetiva de Imposto

Descrição	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Resultado antes de imposto	4 711 707,01	4 519 842,10
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto esperado	1 060 134,08	1 016 964,47
Benefícios fiscais	0,00	0,00
Tributações autónomas	14 401,34	15 484,11
Derrama estadual	93 962,24	94 145,16
Diferenças temporárias	0,00	28 281,96
Diferenças permanentes	-17 917,24	-1 657,72
Imposto estimado para o período	1 150 580,42	1 153 217,98
Taxa efetiva de imposto	24,42%	25,51%

17.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Em 30 de junho de 2023, a **Águas e Energia do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos.

18. Matérias Ambientais

A empresa tem obrigações ambientais decorrentes do negócio conforme descrito no Relatório de Gestão.

19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde ao seu justo valor. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

19.1. Clientes – Conta Corrente

A composição do saldo a 30 de junho de 2023 e a 30 de junho de 2022 era a seguinte:

	30.06.2023	30.06.2022
Clientes Conta Corrente	3 888 859,89	3 274 266,11
Clientes de Cobrança Duvidosa	10 421 939,03	14 859 983,97
Imparidades Acumuladas	-10 421 939,03	-14 859 983,97
	3 888 859,89	3 274 266,11

19.2. Fornecedores – Conta Corrente

A composição do saldo a 30 de junho de 2023 e a 30 de junho de 2022 é demonstrada na tabela seguinte:

	30.06.2023	30.06.2022
Fornecedores Conta Corrente	3 213 929,67	2 989 333,71
Fornecedores em Reclamação/Contencioso	8 493,48	8 493,48
Fornecedores com Receção e Conferência	11 040,81	7 698,74
	3 233 463,96	3 005 525,93

19.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de junho de 2023, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o Rendimento	0,00	1 145 376,50
Retenção na fonte	0,00	219 568,85
Imposto sobre o Valor Acrescentado	370 690,26	0,00
Restantes Impostos	0,00	1 747,69
Contribuições para a Segurança Social	0,00	278 141,19
Caixa Geral de Aposentações	0,00	255 791,12
ADSE	0,00	25 118,00
Total	370 690,26	1 925 743,35

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” refere-se à verba de 71 631 € que resulta de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária, a qual entendeu pela não dedutibilidade de IVA nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas e Energia do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

19.4. Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar	30.06.2023	30.06.2022
Outros créditos a receber:		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	0,00	0,00
Comissão resíduos sólidos	115 829,33	105 823,28
Especialização da faturação	2 877 573,46	2 802 148,19
Tratamento de efluentes	45 674,10	41 870,54
Outros acréscimos de rendimentos	47 766,44	32 378,44
Outros devedores		
Clientes de Resíduos	3 981 554,65	4 994 941,75
Águas do Douro e Paiva	293 578,44	293 578,44
Depósitos de caucões e garantias	2 884 477,89	2 963 099,80
Subsídios Públicos	832 356,20	943 388,80
T.R.H.	447 761,58	445 698,00
Outros	198 672,99	71 667,78
	11 725 245,08	12 694 595,02
Outras dívidas a pagar:		
Fornecedores de investimentos	2 335 369,67	1 822 439,41
Credores por acréscimos de gastos		
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e de Natal e respetivos encargos	2 147 112,66	1 942 417,46
Previsão quotas CGA	80 895,90	80 895,90
Especialização compra água	904 513,84	822 435,06
Especialização subcontratos	79 985,90	92 806,64
Especialização gastos com saúde	227 932,46	185 862,42
Especialização IMI	0,00	80 251,65
Outros acréscimos de gastos	454 337,31	518 888,94
Outros credores		
Sindicatos	1 077,03	1 046,88
Credores por depósitos de garantia	3 090 574,38	3 149 790,30
Clientes de resíduos	3 981 554,65	4 994 941,75
Cobrança de resíduos sólidos CMP	6 609,81	4 920,97
Cobrança de resíduos sólidos EMAP	2 376 622,51	2 166 951,71
Clientes UBS com créditos	988 283,20	869 831,31
Acordo Caixa de Reformas	36 456,13	36 456,13
Outros	326 248,38	128 308,45
	17 037 573,83	16 898 244,98

Outros Créditos a Receber:

Na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” está registada, entre outras, a especialização das vendas e prestações de serviços, bem como a comissão derivada da faturação dos resíduos sólidos à EMAP.

A conta “Clientes de resíduos” integra os resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outras dívidas a pagar”.

A conta “Águas do Douro e Paiva” refere-se ao montante retido do preço da venda da captação e distribuição em alta até regularização dos processos de expropriação (Nota 14.1).

Adicionalmente, a rubrica “Outros devedores” inclui o montante depositado de verbas respeitantes a caucões prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes

valores serão restituídos de acordo com o preceituado na lei em vigor, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

Na rubrica “Subsídios públicos” está inscrito o valor contratualizado e ainda não recebido a título de contratos de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Outras Dívidas a Pagar:

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos” integra a especialização dos gastos do exercício incorridos no 1.º semestre de 2023, cujo movimento financeiro ocorrerá em períodos futuros, nomeadamente gastos com pessoal relativos a férias, subsídio de férias, férias não gozadas e subsídio de Natal, compra de água, serviços de eletricidade, telecomunicações, honorários e outros.

A rubrica “Credores por depósitos de garantia” reporta-se a garantias prestadas por terceiros, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, e ainda por retenções efetuadas aquando dos pagamentos. Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

- Credores por depósito de garantia de água (não domésticos) – 308 714 €;
- Credores por depósito de garantia de execução de obras – 1 491 478 €;
- Credores por depósito de garantia de saneamento – 1 249 657 €;
- Credores por depósito de garantia de contratos de fornecimentos – 39 605 €;
- Outros – 1 120 €.

A rubrica “Cobrança de resíduos sólidos” respeita à cobrança realizada pela empresa e ainda não entregue em 30 de junho de 2023.

O saldo registado na rubrica “Acordo Caixa de Reformas” corresponde ao valor em dívida a nove pensionistas e um ativo, que, até à presente data, não manifestaram a sua vontade, no âmbito do Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas aprovado por deliberação do Executivo Municipal, de 03 de junho de 2014, e da Assembleia Municipal, de 16 de junho de 2014.

19.5. Capital Próprio

O capital social ascende a 80 000 000 € realizado integralmente em espécie pela Câmara Municipal do Porto. Adicionalmente, conforme deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 24 de março de 2023, procedeu-se, no período, à aplicação do resultado líquido de 2022.

Relativamente à rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, procedeu-se à relevação contabilística de novos contratos de subsídios ao investimento, assim como ao reconhecimento dos rendimentos imputáveis ao 1.º semestre de 2023 e à reversão do imposto implícito respetivo (Nota 15).

20. Benefícios dos Empregados

Os encargos referentes ao pessoal registados no 1.º semestre de 2023 e de 2022 estão repartidos da seguinte forma:

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	57 580,48	57 269,57
Remunerações do Pessoal	6 104 402,43	5 286 566,68
Pensões de Reforma e a Aguardar Aposentação	2 208,98	7 708,62
Encargos sobre Remunerações	1 382 073,58	1 210 291,34
Despesas de Saúde	199 218,76	173 182,69
Outros Custos com o Pessoal	288 166,52	258 199,25
Total	8 033 650,75	6 993 218,15

Na rubrica “Remunerações do pessoal” encontram-se registados os vencimentos dos trabalhadores em acordo de cedência de interesse público, dos colaboradores do quadro e do pessoal em qualquer outra situação, bem como os encargos com o trabalho extraordinário, o subsídio de alimentação, o trabalho em regime de turnos, o abono para falhas, outros suplementos e ajudas de custo.

A rubrica “Encargos sobre remunerações” agrega quer as contribuições para a CGA relativas às remunerações do pessoal em acordo de cedência de interesse público, quer as contribuições para a Segurança Social dos restantes colaboradores da empresa.

21. Divulgações exigidas por diplomas legais

A **Águas e Energia do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos, em 30 de junho de 2023.

22. Outras Informações

22.1. Proposta de aplicação dos resultados

Não aplicável.

22.2. Diferimentos

22.2.1. Ativo

Os saldos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 têm a seguinte posição:

Diferimentos	30.06.2023	30.06.2022
Gastos a Reconhecer		
Fornecimentos e Serviços Externos	307 776,35	322 588,89
Gastos com Pessoal	13 592,68	14 143,89
Outros Gastos e Perdas	7 565,52	8 168,18
Outros	28 211,42	26 840,86
Total	357 145,97	371 741,82

22.2.2. Passivo

Os saldos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 têm a seguinte posição:

Diferimentos	30.06.2023	30.06.2022
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais e outros executados	7 888 418,72	7 218 116,34
Ramais não executados	17 896,03	17 896,03
Rendas de imóveis	1 438,63	1 438,63
Contrato-Programa Energia	293 854,25	537 610,13
Contrato-Programa Praias	410 998,65	25 767,99
Outros rendimentos a reconhecer	391 131,04	349 606,51
Total	9 003 737,32	8 150 435,63

A rubrica “Ramais e outros executados” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a taxa de depreciação do ativo subjacente (Nota 4.2 alínea a) e m)).

Rubrica	1.º Semestre 2023			30.06.2023
	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento no Ano	
Ramais de água	6 860 086,39	4 153 806,64	97 689,28	2 608 590,47
Ramais de saneamento	7 090 003,77	3 884 860,28	121 946,72	3 083 196,77
Outros	2 965 618,61	718 890,82	50 095,95	2 196 631,84
Total	16 915 708,77	8 757 557,74	269 731,95	7 888 419,08

Rubrica	1.º Semestre 2022			30.06.2022
	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento no Ano	
Ramais de água	6 534 743,49	3 951 115,45	99 191,75	2 484 436,29
Ramais de saneamento	6 741 734,24	3 642 278,71	118 651,08	2 980 804,45
Outros	2 424 706,18	630 375,42	41 455,15	1 752 875,61
Total	15 701 183,91	8 223 769,58	259 297,98	7 218 116,35

22.3. Gastos

22.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos suportados no 1.º semestre de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

Fornecimentos e Serviços Externos	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Subcontratos	1 229 021,34	1 157 361,63
Trabalhos especializados	1 716 621,52	1 364 718,19
Encargos de cobrança	202 377,47	225 662,58
Publicidade	50 876,74	34 834,40
Vigilância e segurança	130 928,14	97 333,26
Honorários	9 150,00	9 390,00
Conservação e reparação	164 251,62	121 352,13
Materiais	13 522,59	6 026,03
Eletricidade	76 692,00	460 971,23
Combustíveis e outros fluídos	75 995,16	75 568,72
Deslocações e estadas	24 899,07	16 258,56
Transportes de pessoal	3 450,00	3 450,00
Rendas e alugueres	252 751,96	255 512,49
Comunicação	398 154,60	344 067,39
Seguros	105 276,04	114 941,25
Contencioso e notariado	355,50	764,50
Limpeza, higiene e conforto	56 236,01	41 567,88
Outros fornecimentos e serviços externos	11 044,57	9 218,54
Total	4 521 604,33	4 338 998,78

A rubrica “Subcontratos” integra o contrato de recolha e transporte de lamas, bem como os gastos relativos à manutenção do sistema informático de faturação e cobrança em regime de outsourcing e os gastos associados à impressão e envelopagem das faturas enviadas aos clientes.

A rubrica “Trabalhos especializados” integra os gastos relacionados com prestações de serviços de assessoria técnica e outras, nomeadamente, as relacionadas com o sistema UBS. Inclui também o montante de 7 080 €, correspondente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, pelos serviços de revisão legal de contas.

A rubrica “Encargos de cobrança” abrange os gastos relativos aos recebimentos de clientes em entidades externas (CTT, SIBS, entre outros).

A rubrica “Vigilância e segurança” engloba os gastos associados ao respetivo contrato de prestação de serviços.

A rubrica “Conservação e reparação” inclui os montantes despendidos na reparação de automóveis e de equipamentos, bem como nos contratos de manutenção dos equipamentos.

A rubrica “Rendas e alugueres” corresponde essencialmente ao valor suportado com o aluguer de máquinas e de equipamentos, bem como ao aluguer de viaturas em regime de locação operacional.

Os gastos da rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio necessário para prestar informação aos clientes da empresa, as comunicações da rede fixa, e as comunicações da rede móvel.

A variação verificada na rubrica eletricidade decorre de condições particulares associadas ao acordo de quadro existente, o qual limita o custo unitário por kW praticado, fazendo descer a tarifa de disponibilidade, por forma a acomodar o aumento de componente variável do preço.

22.3.2. Outros Gastos e Perdas

	1.º Semestre 2023	1.º Semestre 2022
Impostos	24 252,80	21 333,37
Abate de ativos fixos tangíveis	50 515,93	1 591,11
Correções relativas a períodos anteriores	3 694,33	2 027,19
Donativos	500,00	0,00
Quotizações	10 991,64	8 579,34
Outros	469 298,98	29 735,18
Total	559 253,68	63 266,19

A rubrica “Impostos” engloba, entre outros, o IUC, as Taxas de Justiça e a Taxa de Controlo de Qualidade da Água.

A rubrica “Abate de ativos fixos tangíveis” regista os abatimentos normais de rede, em resultado da sua substituição. Face ao dispêndio que comportaria a retirada da rede substituída, esta fica incorporada no subsolo.

22.4. Compromissos Financeiros e Outras Contingências Não Incluídas no Balanço

O Banco Santander Totta prestou à ARH do Norte, em nome da **Águas e Energia do Porto, EM**, duas garantias bancárias no montante de 50 000 € cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

23. Financiamentos Obtidos

	30.06.2023		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo bancário	335 860,59	2 361 111,06	2 696 971,65

Em 19 de fevereiro de 2022 foi celebrado com a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Central Mútuo, C.R.L. e com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Área Metropolitana do Porto, C.R.L., um financiamento bancário, num total de 12, 5 milhões de euros, cujo plafond é mobilizável ao longo de 2021 e 2023, o qual apresentará um período de carência de 1 ano e será amortizado num prazo total de 10 anos (incluindo o ano de carência considerado). A taxa de juro considerada contempla uma componente variável (Euribor a 6 meses) e um spread de 0,69%.

Foi utilizado em dezembro de 2021 o montante total de 3 000 000,00 €, com amortizações de capital desde agosto de 2022.

O financiamento acima identificado visa assegurar a execução do Plano de Investimentos previsto para o período entre 2021 e 2023.

Execução Orçamental

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1. Estrutura de Gastos

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS	Valor Orçamentado para 2023	Valor Orçamentado para 1.º Semestre	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
CMVMC						
Mercadorias	9 120 404,13	4 560 202,07	4 731 741,98	4 345 788,15	-171 539,92	51,88%
Matérias	2 026 150,17	1 013 075,08	899 983,60	674 844,12	113 091,48	44,42%
Fornecimento e Serviços Externos	16 768 406,37	8 384 203,18	4 521 604,33	4 338 998,78	3 862 598,85	26,97%
Gastos com Pessoal						
Remunerações	11 992 338,03	5 996 169,02	6 161 982,91	5 343 836,25	-165 813,90	51,38%
Encargos Sociais	4 157 733,03	2 078 866,52	1 871 667,84	1 649 381,90	207 198,68	45,02%
Perdas por Imparidade:						
Em dívidas a receber	1 036 965,54	518 482,77	219 065,22	108 731,98	299 417,55	21,13%
Em inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Em ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Gastos de Depreciação e de Amortização	9 460 400,77	4 730 200,39	4 949 854,70	4 642 620,41	-219 654,32	52,32%
Provisões	3 291,65	1 645,83	9 933,20	2 593,96	-8 287,38	301,77%
Outros Gastos e Perdas						
Impostos	123 599,45	61 799,73	24 252,80	21 333,37	37 546,93	19,62%
Outros	125 189,19	62 594,60	535 000,88	41 932,82	-472 406,29	427,35%
Gastos e Perdas de Financiamento	83 954,24	41 977,12	39 960,59	9 200,00	2 016,53	47,60%
Total	54 898 432,57	27 449 216,28	23 965 048,05	21 179 261,74	3 484 168,23	43,65%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Valor Orçamentado para 2023	Valor Orçamentado para 1.º Semestre	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Subcontratos	5 330 229,67	2 665 114,84	1 229 021,34	1 157 361,63	1 436 093,50	23,06%
Energia	3 065 772,70	1 532 886,35	76 692,00	460 971,23	1 456 194,35	2,50%
Trabalhos Especializados	4 466 534,92	2 233 267,46	1 716 621,52	1 364 718,19	516 645,94	38,43%
Comunicação	798 866,33	399 433,17	398 154,60	344 067,39	1 278,57	49,84%
Encargos de Cobrança	475 639,65	237 819,83	202 377,47	225 662,58	35 442,36	42,55%
Rendas e Aluguers	654 189,76	327 094,88	252 751,96	255 512,49	74 342,92	38,64%
Conservação e Reparação	648 913,03	324 456,52	164 251,62	121 352,13	160 204,90	25,31%
Honorários	21 464,30	10 732,15	9 150,00	9 390,00	1 582,15	42,63%
Seguros	254 498,22	127 249,11	105 276,04	114 941,25	21 973,07	41,37%
Publicidade	168 917,88	84 458,94	50 876,74	34 834,40	33 582,20	30,12%
Vigilância e Segurança	315 819,96	157 909,98	130 928,14	97 333,26	26 981,84	41,46%
Outros Fornecimentos e Serviços	567 559,94	283 779,97	185 502,90	152 854,23	98 277,07	32,68%
Total	16 768 406,37	8 384 203,18	4 521 604,33	4 338 998,78	3 862 598,85	26,97%

GASTOS COM O PESSOAL	Valor Orçamentado para 2023	Valor Orçamentado para 1.º Semestre	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Remunerações do Pessoal	11 992 338,03	5 996 169,02	6 161 982,91	5 343 836,25	-165 813,90	51,38%
Pensões de Reforma e a Aguardar Aposentação	1 400,00	700,00	2 208,98	7 708,62	-1 508,98	157,78%
Encargos sobre Remunerações	2 719 750,92	1 359 875,46	1 382 073,58	1 210 291,34	-22 198,12	50,82%
Despesas de Saúde	310 608,00	155 304,00	199 218,76	173 182,69	-43 914,76	64,14%
Outros Custos com o Pessoal	1 125 974,11	562 987,06	288 166,52	258 199,25	274 820,54	25,59%
Total	16 150 071,06	8 075 035,53	8 033 650,75	6 993 218,15	41 384,78	49,74%

2. Estrutura de Proveitos

COMPOSIÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor Orçamentado para 2023	Valor Orçamentado para 1.º Semestre	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Tarifa de disponibilidade de água	7 162 749,82	3 581 374,91	3 618 976,68	3 597 526,94	-37 601,77	50,52%
Tarifa de consumo de água	20 608 041,69	10 304 020,85	10 843 490,84	10 459 514,62	-539 469,99	52,62%
Tarifa de saneamento	15 027 828,29	7 513 914,15	7 834 097,81	6 218 258,96	-320 183,67	52,13%
Tarifa de disponibilidade de saneamento	3 329 350,16	1 664 675,08	1 658 470,83	1 431 120,96	6 204,25	49,81%
Outras vendas e prestações de serviço	5 150 284,54	2 575 142,27	1 538 597,95	1 268 566,96	1 036 544,32	29,87%
Total	51 278 254,50	25 639 127,25	25 493 634,11	22 974 988,44	145 493,14	49,72%

COMPOSIÇÃO DOS RESTANTES RENDIMENTOS	Valor Orçamentado para 2023	Valor Orçamentado para 1.º Semestre	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Trabalhos para a própria empresa	192 429,81	96 214,91	109 280,65	55 402,24	-13 065,75	56,79%
Subsídios à exploração	2 645 671,02	1 322 835,51	812 958,60	696 928,49	509 876,91	30,73%
Reversões de depreciações e amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Reversões de perdas por imparidade						
Em dívidas a receber	0,00	0,00	14 651,96	0,00	-14 651,96	-
Em inventários	0,00	0,00	4 452,32	1 576,87	-4 452,32	-
Em ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	8 102,50	8 102,50	-8 102,50	-
Reversões de provisões	0,00	0,00	0,00	17 709,68	0,00	-
Outros rendimentos e ganhos						
Rendimentos suplementares	670 776,30	335 388,15	336 150,07	306 954,89	-761,92	50,11%
Rendimentos em ganhos e investimento não financeiros	0,00	0,00	27 935,22	52 854,93	-27 935,22	-
Outros	2 984 378,92	1 492 189,46	1 759 760,68	1 491 714,85	-267 571,22	58,97%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	199 697,03	99 848,52	109 828,95	92 870,95	-9 980,44	55,00%
Total	6 692 953,08	3 346 476,54	3 183 120,95	2 724 115,40	163 355,59	47,56%

Porto, 30 de novembro 2023

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

(Filipe Manuel Ventura Camões Almeida Araújo)

(Sílvia Barata Silva)

(Ana de Campos Cabral de Noronha Meneses)

(Ruben Gabriel Teixeira Fernandes)

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)

**Relatório do Fiscal
Único sobre o Relatório
de Execução dos IGP
relativo ao 1º semestre
de 2023**

(Esta página foi propositadamente deixada em branco)